



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO**

***A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NA
CONTRA MÃO DA CRISE DO ÉTHOS: Uma mudança no sentido
do olhar***

DENISE BARCELOS ARAUJO

JOÃO PESSOA - PB
2015

DENISE BARCELOS ARAUJO

***A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NA
CONTRA MÃO DA CRISE DO ÉTHOS: Uma mudança no sentido
do olhar***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Serviço de Estágio
Supervisionado em Administração, do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito obrigatório
para à obtenção do grau de Bacharel em
Administração.

Professor Orientador: Jorge de Oliveira Gomes, MSc

JOÃO PESSOA - PB
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A658p Araújo, Denise Barcelos.

A profissionalização do serviço público na contra mão da crise do éthos: uma mudança no sentido do olhar. / Denise Barcelos Araújo. — João Pessoa: UFPB, 2015.

Orientador (a): Prof. MSc. Jorge de Oliveira
Gomes.
Monografia (Graduação em Administração) – UFPB/CCSA.

1. Serviço público - ética. 2. Regime Jurídico Único - RJU. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:654.01:658(043.2)

Folha de Aprovação

DENISE BARCELOS ARAUJO

***A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NA
CONTRA MÃO DA CRISE DO ÉTHOS: Uma mudança no sentido
do olhar***

Trabalho de Conclusão de Curso Aprovado em 26 de
fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Adm. Jorge de Oliveira Gomes, MSc
Departamento de Administração – CCSA / UFPB
(Orientador)

Prof. Miguel Mauricio Isoni, Dr
Departamento de Administração – CCSA / UFPB
(Examinador)

*“Não pergunte o que seu país
pode fazer por você. Pergunte o que
você pode fazer pelo seu país.”*

John F. Kennedy

AGRADECIMENTOS

A Deus, onipotente e onipresente em nossas vidas.

A minha mãe, Maria Luiza Barcelos Costa Araujo, e ao meu pai, Jumar Ferreira de Araujo pela criação, incentivo e educação.

A minha irmã Simone Barcelos Araujo, pelo apoio.

Ao meu filho, Arthur Barcelos de Lucena, que é a razão por tudo que tenho feito e faço nesses últimos anos, por ele eu encontro forças para lutar e vencer uma batalha todos os dias.

A amiga Sonia Maria Galdino pelo carinho e incentivo, por me mostrar o valor do serviço público, me propiciando uma mudança no olhar. Pela amizade, pelos diálogos, por todo aprendizado que tem me proporcionado ao longo desses anos.

Ao ilustre professor que me orientou com atenção, Jorge Gomes.

Aos amigos do curso pelos momentos de conhecimento e alegria, como Erica Kelly, Thalita Medeiros, Carla Gorety, Dayse Carvalho. Aos amigos de ontem e de todas as horas, como Suênia, Elaine e Anacaroline que sempre me incentivam e incentivaram para a conclusão deste curso.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar um breve estudo do serviço público no Brasil a partir das mudanças provocadas pela legislação vigente, desde a promulgação da Carta Magna, a Constituição da República Brasileira e da Lei 8112/90 – RJU – também conhecida pelo nome de Regime Jurídico Único, até os tempos atuais, a partir dos conceitos de Ética e de educação, tecendo cuidadosa trama ao observar os impactos produzidos pelas referidas leis no sistema educacional brasileiro, até a concretização da Lei 9394/96, Nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que veio a realizar mudanças necessárias e imprescindíveis, corroborando com a formação cidadã e com um desenvolvimento salutar do serviço público no Brasil. Como aporte metodológico, realizou-se uma pesquisa utilizando o método exploratório-descritivo, com suporte em pesquisa bibliográfica, incluindo revistas, artigos e análise da legislação nacional. Analisa-se a história do serviço público e contribuir no sentido de mostrar que a educação voltada para o desenvolvimento humano é um fator precípuo para a realização do homem enquanto cidadão e enquanto servidor público.

Palavras-chave: Ética. Regime Jurídico Único. Serviço Público.

LISTA DE SIGLAS

CCSA	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
CF/88	Constituição Federal da República
EMC	Educação Moral e Cívica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NUPPA	Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PNA	Programa Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
RJU	Regime Jurídico Único
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1: INTRODUÇÃO	1
1.1 Delimitação do Tema	1
1.2 OBJETIVOS	3
1.2.1 Objetivo Geral	3
1.2.2 Objetivos Específicos	3
1.2.3 Justificativa	4
2: REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1 O “ <i>ETHOS</i> ” EM SUA ESSÊNCIA E A MORAL EM SEU CONCEITO GERAL	5
2.2 A Justiça e a Excelência Moral	8
2.3 A EDUCAÇÃO E SEU PROCESSO HISTÓRICO – Da <i>Paideia</i> aos tempos atuais	10
2.3.1 Panorama Histórico da Educação no Brasil	13
2.4 A CRISE DO <i>ETHOS</i> NA SOCIEDADE ATUAL	17
2.5 A ORIGEM DO SERVIÇO PÚBLICO	22
2.5.1 Serviço Público no Brasil: Do Império à República Atual	23
2.5.2 Organização Jurídica da Administração Pública:	25
2.6 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NA CONTRA-MÃO DA CRISE DO <i>ETHOS</i> : Uma mudança no sentido do olhar	27
3: METODOLOGIA	30
3.1 Definição da Estratégia Metodológica	30
3.2 Coleta e Análise de Dados	32
4: ANÁLISE DOS DADOS	33
4.1 Análise Crítica do Questionário	33
4.1.1 GRÁFICOS DEMONSTRATIVOS DO RESULTADO DO QUESTIONÁRIO:	34
Segundo o Código de Ética dos Servidores Públicos Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990:	40
5: CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
5.1 Introdução	44
5.2 Alcance dos Objetivos	45
5.3 Limitações do Trabalho	46
5.4 Trabalhos Futuros	47
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A	50
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	50
APÊNDICE B	52
QUESTIONÁRIO APLICADO COM SERVIDORES DO CCSA/UFPB	52

1: INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do Tema

Ao escolher o título *A profissionalização do serviço público na contra mão da crise do éthos*: uma mudança no sentido do olhar, percebeu-se a fragilidade em questão, visto que é a linha que separa a “ética da educação” e a “educação e a ética do serviço público” é tênue. Na verdade, os termos, ética, educação e serviço público estão intrinsecamente ligados e, por isso, devem ser abordados com o merecido olhar acadêmico.

Embora estudar ética não torne o sujeito mais ético, conhecer seus conceitos mais essenciais torna possível escolher entre ser ético ou não, visto que apreendê-los permite que o indivíduo enxergue os caminhos da justiça e da equidade, possibilitando que o sujeito conhecedor do seu papel o exerça, social e profissionalmente, com a retidão de caráter e o conteúdo intelectual que o levará ao equilíbrio da justiça em um caminho virtuoso, onde se escolhe uma conduta reta, com espírito inabalável, pois, *“virtuoso é aquele que é reto por desejo, por gostar de sê-lo, e o hábito da retidão impele o virtuoso a uma disposição natural para essa conduta”*. (ARISTÓTELES, 2001)

Uma das obras fundamentais para esse estudo é a *Ética a Nicômaco*, do filósofo grego Aristóteles (Nicômaco era o filho de Aristóteles, para quem o filósofo dirigiu seus ensinamentos sobre ética), que busca explicitar, a partir da ética dos costumes, que se deve sempre buscar o “*meio termo segundo a reta razão*”, e é a partir do conceito de ética segundo Aristóteles, onde se busca a razoabilidade da lei a partir daquilo que é razoável, habitual e coerente, que as digressões se estendem para fundamentar o presente trabalho, visto que, para o autor, a virtude relaciona-se com o sentido de excelência de cada ação executada, de se fazer bem feito, na justa medida, cada pequeno ato.

Segundo Bentham (1984) o sujeito ético é, em geral, um indivíduo que traz em sua bagagem conceitual, uma educação moral e social que o permite ingressar no mercado de trabalho com comprometimento e senso de equidade capaz de torná-lo singular em seu meio. No serviço público há uma prevalência dos costumes, no entanto,

a busca pela moralidade e pela capacitação evidencia que se pretende um sistema onde a ética e a educação possam servir de esteio para que este seja fortalecido e visto com bons olhos por toda sociedade. Isto é, o sujeito passa a ser “peça” central e fundamental do sistema, e não o contrário. No entanto, ainda se está longe da excelência, dada a falta de capacitação de muitos servidores que ingressaram por indicação política, antes da promulgação da Constituição Federal da República – CF/88, quando passou a ser obrigatório o concurso público. Por isso, é notório que, desde então, o conceito de “*res publica*”, isto é, coisa pública, vem melhorando gradualmente em relação à sociedade e ao próprio servidor. Ou seja, a educação escolar, que fornece suporte para uma educação moral e social, junto com a qualificação profissional e o conhecimento do sistema em sentido amplo e filosófico, ainda é um caminho necessário para a elevação da qualidade do serviço público, isto é, a educação em sua forma geral é condição fundamental para a construção de uma sociedade saudável e um serviço público de qualidade.

Esplanadas as condições iniciais pertinentes ao que se segue, faz-se indispensável destacar o conteúdo do presente trabalho.

No referencial teórico (Capítulo 2) aborda-se o que vem a ser *ethos* (ética) em sua essência e a Moral em seu conceito geral, passando em seguida, para a questão da justiça e a excelência moral, objetivando esclarecer os conceitos e os termos utilizados dali em diante.

Posteriormente vê-se a educação e seu conceito histórico desde a Grécia antiga/Paidéia, até os tempos atuais, com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) – e os conceitos de educação do ponto de vista atual.

Aborda-se, também, a crise do *ethos* na sociedade atual, destacando a crise moral e suas consequências na sociedade e, por conseguinte, no meio educacional e profissional.

Em seguida fala-se de forma mais específica ao serviço público e ao esquema organizacional da administração pública no Brasil e, consecutivamente, a profissionalização do serviço público na contramão da crise do *ethos*. Nesse entrelaçamento de dados e fatos, além de um breve histórico da educação no Brasil e da conceituação geral do termo ética, é feita uma breve abordagem da LDB e da CF/88. Não será realizada uma abordagem dos diversos códigos de ética profissional, tão pouco uma abordagem do código de ética do servidor público, pois o objeto do presente

trabalho monográfico é entender a ética em seu sentido mais amplo, uma ética universal e não uma ética específica ou restrita. A abordagem da ética no presente trabalho é aquela que forja o cidadão como um todo e que o prepara para estar inserido no mundo.

Este estudo encontra-se pautado em motivações diversas, dentre elas, busca-se verificar: **Qual a importância da educação de um servidor público, preparado eticamente e moralmente para as adversidades do dia-a-dia de seu trabalho?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a importância da educação e da formação ética e moral do Servidor Público Federal do CCSA (Centro de Ciências Sociais e Aplicadas) da UFPB.

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1- Pesquisa bibliográfica sobre o que é ética a partir da etimologia e seu posterior desdobramento enquanto ética e moral, possibilitando diferenciá-los e aplica-los no cotidiano;
- 2- Apresentar uma breve história da educação, desde a Grécia antiga até os dias atuais no Brasil;
- 3- Discutir a sociedade atual e, a partir dos conceitos de ética e moral, identificar os pontos cruciais que levaram o país ao que ficou conhecido, filosoficamente, como *crise do ethos*, a partir do empobrecimento da educação formal;
- 4- Analisar os conceitos de ética e educação, situando o servidor público nesse contexto e apontando possibilidades para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, a partir de uma formação humana e técnica, de um servidor que conheça seus direitos e deveres, como é o caso da Lei 8112/90 (RJU) e da CF/88, que seja probo e, sobretudo, humano.

1.2.3 Justificativa

A escolha deste complexo tema tem origem em situações vivenciais decorrentes da prática profissional, na qual estou inserida. Considerando a redefinição do papel do Estado e a implantação da Reforma Gerencial na Administração Pública Brasileira.

Com intuito de tentarmos tornar o serviço público mais profissional e atualizado a fim de que estes profissionais (servidores públicos) adquiram formação adequada, para assim ter a capacidade técnica em sua área de atuação, com domínio de suas competências para trabalhar em equipe, apresentando conhecimentos de: negociação, liderança, mudança e formas flexíveis de gestão.

Portanto, apresentamos o presente estudo, com a expectativa de um serviço público mais profissional, atualizado, verificando a importância da educação e da formação ética e moral do servidor público a partir do desenvolvimento da iniciativa, do comprometimento, da motivação e da capacidade de adaptabilidade a estes novos cenários e paradigmas.

2: REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O “*ETHOS*” EM SUA ESSÊNCIA E A MORAL EM SEU CONCEITO GERAL

O termo ética, segundo Chauí (2000), deriva do grego *ethos*, que pode ser *éthos* (“e” longo e aberto), significando costumes, uso, hábito; ou *êthos* (“e” breve e fechado), que significa caráter, índole, maneira de ser, disposição natural de uma pessoa de acordo com o seu corpo e sua alma. Isto é, o primeiro está mais ligado ao conceito legal e o segundo ao conceito moral. Apesar das distinções de grafia do termo, será utilizada doravante a palavra em seu uso comum na língua portuguesa, *ethos*, ou simplesmente, ética.

Aristóteles faz a distinção entre as virtudes morais e intelectuais. Da primeira deriva o *ethos* como costume e o seu exercício constante lhes dão origem e fortalece. A segunda é adquirida e desenvolvida através do ensinamento, da educação.

O costume é a fonte das ações do sujeito e a repetição das ações acaba por plasmar o hábito e, do hábito, a tradição. Entendida nessa sua essencialidade, a tradição é a relação intersubjetiva primeira na esfera ética: é a relação que se estabelece entre a comunidade educadora e o indivíduo que é educado para se elevar ao nível das exigências do universo ético ou do *ethos* da comunidade. Neste sentido, o tempo histórico é o tempo de uma tradição consolidada pela ação do sujeito que faz o hábito e consequentemente o costume coletivo que, por sua vez, torna-se, em uma sociedade, a cultura comum. Por isso, há uma íntima e profunda relação entre *ethos* e cultura, que encontra no terreno da tradição ética, o lugar privilegiado da sua manifestação.

A universalidade do *ethos* se desdobra e particulariza em *ethos* econômico, social, cultural e político. Essas particularizações são mediações através das quais a *práxis* (ação prática) do indivíduo se socializa na forma de hábito e dá origem aos *ethos* societário, a uma unidade social como unidade ética. De tal forma, do ponto de vista social, o indivíduo não se apresenta livre, pois uma cadeia complexa de mediações ordena seus movimentos no todo social.

Após conceituar o termo *ethos* etimologicamente e exaurir suas possibilidades conceituais, sem esquecer-se do justo meio aristotélico e seu conceito de excelência

moral (do grego *areté*, virtude), tem-se que a excelência moral é a virtude disposta na alma para realizar o que é justo. Mas agir com justiça implica na prática da justiça no *ethos*, ou seja, no habituar-se à prática do ato justo para com o outro e, para isso, é necessário conhecer o meio termo segundo a reta razão, também chamada por Aristóteles, de justo meio.

Praticar o ato justo é conhecer o justo meio, portanto, a prática do ato justo implica em conhecer e habituar-se. Isto é, faz-se necessário educar o homem para exercitar a razão e praticar a justiça, não por imposição ou vaidade, mas por voluntariedade, por escolha. Pois é a justiça a mais elevada forma de excelência moral como um todo. O homem justo, que age com justiça, é um homem virtuoso. Mas agir injustamente não quer dizer necessariamente que um homem é injusto! Injusto será se houver voluntariedade no ato, pois o ato involuntário poderá ser mero acidente ou ignorância, ou seja, para que haja conduta ética é preciso que haja o agente consciente, que o indivíduo conheça a diferença entre o bem e o mal, o certo e o errado, a virtude e o vício, para avaliar, de tal maneira, cada situação e, por fim, decidir qual o caminho ou atitude que se deve seguir. Segundo Chauí,

O campo ético é, assim, constituído pelos valores e pelas obrigações que formam o conteúdo das condutas morais, isto é, as virtudes. Estas são realizadas pelo sujeito moral, principal constituinte da existência ética... O campo ético é, portanto, constituído por dois pólos internamente relacionados: o agente ou sujeito moral e os valores morais ou virtudes éticas. (CHAUÍ, 2000, p.434).

A ética é, na verdade, um ramo da filosofia, no entanto, é antes, uma postura do indivíduo diante da vida e de si mesmo, estando, em face das conquistas tecnológicas atuais, está cada vez mais presente nos debates sociais referentes ao comportamento onde se busca não resumir o homem a um autômato.

A construção da ética parte das exigências ou das necessidades da natureza humana. Camargo define a ética como a “*ciência do que o homem deve ser em função daquilo que ele é*” (CAMARGO, 1996, p.17). Ou seja, para ele, o agir depende do ser e a única obrigação do ser humano é agir de forma humana. Nesse sentido, a ética brota de dentro do ser humano, dos elementos que o caracterizam como tal, indicando direções e descortinando horizontes para a própria realização do ser.

Segundo Houaiss, “*ética é um conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade (ética*

profissional, ética psicanalítica, ética na universidade)” (HOUAISS, 1996, verbete: ética).

Após sobrevoar o campo geral dos conceitos éticos, percebe-se que a filosofia moral e a ética são termos que estão intrinsecamente ligados. No latim encontra-se o termo *mos* (no plural *mores*), que significa costumes, de onde deriva a palavra moral, que pode ser definida como um conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social. Etimologicamente as palavras, ética e moral, são expressões sinonímias, no entanto, a primeira é de origem grega, enquanto a segunda é sua tradução para o latim. Segundo Chauí,

A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também reconhece-se como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas consequências do que faz e sente. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética... (CHAUÍ, 2000, p.433/434).

Na filosofia antiga os conceitos de ética e moral têm nuances similares, no entanto, diferentes dos conceitos moderno e contemporâneo. Para Aristóteles, o ensino da coragem, bem como de outras virtudes morais, exige a prática continuada de atos de coragem, aos hábitos. Ele considera a busca da felicidade como o fim último da vida. Tanto Aristóteles quanto Platão (seu antecessor), identifica o Bem não como um fim e não como um meio. Para eles, o homem, por possuir uma alma racional e inteligível, ao praticar o bem, age de acordo com a razão, consecutivamente, age com justiça, que é a mais elevada forma de excelência moral. Ou seja, o homem justo pratica a equidade, a disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um, exercitando a virtude e tornando-se um bom homem e um bom cidadão.

Nesse contexto, a prática do ato justo está intrinsecamente ligada à educação, pois esta permite o desenvolvimento do caráter de uma forma determinante, visto que, sem a educação é difícil despertar a consciência do Bem e do Mal, favorecendo a aquisição de bons hábitos e o contato com pessoas virtuosas.

Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, diz que as virtudes morais podem ser ensinadas, mas, mais do que produto do ensino, elas são produto do hábito e, embora exijam autodisciplina e sacrifício pessoal, quando as qualidades são incorporadas e quando fazem parte da natureza do indivíduo, agir no respeito por elas representa aquilo que queremos e que gostamos realmente de fazer. Isto é, a pessoa virtuosa é mais feliz

porque evita os ressentimentos, recriminações e desequilíbrios interiores que acompanham os vícios. Agir com justiça, portanto, implica na prática do ato justo por voluntariedade e, o ato justo em si, é uma ação proporcional ao justo meio, ao equilíbrio. A justiça é, pois, o meio termo segundo a reta razão e, por outro lado, a injustiça está relacionada aos extremos, ou seja, ao excesso e a falta, que é o contrário da proporcionalidade.

De forma geral, a justiça é uma disposição da alma para realizar o ato justo, podendo ser dividida em dois tipos: natural ou legal. Da natural diz-se das coisas que têm em todos os lugares a mesma força e não dependem de aceitação, pois existem naturalmente; Da legal, diz-se daquilo que a princípio pode ser determinado e faz a diferença a partir de sua determinação, não sendo justa por natureza, mas por decisão humana.

Em todo esse panorama conceitual, de uma forma geral, em todos os ambientes no decorrer de todo contexto histórico, a preocupação é sempre com o homem, com sua formação moral e intelectual diante do mundo, onde se deve praticar o bem e a justiça sem ferir, violar ou prejudicar a terceiros e a si mesmo.

2.2 A Justiça e a Excelência Moral

Ética e Moral são palavras sinônimas, no entanto, a ética é Permanente, Universal, Regra, Teoria e regida por Princípios, enquanto a moral é Temporal, Cultural, Conduta de regra, Prática e é regida por aspectos de conduta específicos.

A doutrina aristotélica do justo meio exige que se cultivem as disposições para exercer o nível certo da ação ou do sentimento. Entre as virtudes morais, Aristóteles coloca em lugares de destaque a coragem, que não é mais do que o justo equilíbrio entre o medo e a temeridade; a temperança, que é o justo equilíbrio entre o desregramento e a insensibilidade; a mansidão, que se situa entre a cólera e a apatia; a liberalidade, que se situa entre a prodigalidade e a avareza; a magnificência, justo equilíbrio entre a falta de gosto e a mesquinhez; a magnanimidade, justo equilíbrio entre a vaidade e a humildade; a afabilidade, justo equilíbrio entre a obsequiosidade e o espírito conflituoso; e, por fim, a reserva, como justo equilíbrio entre a timidez e o descaramento.

Em termos teóricos, a distinção da Ética parece esclarecer que a injustiça é, sobretudo, moral, e a falta cometida ilegalmente, tem caráter mais estrito, é

especialmente jurídica. A equidade, sendo superior a certa justiça, é ela mesma a justiça, e não é como pertencente a um gênero diferente que ela é superior ao justo. Há, pois, identidade do justo e do equitativo, e todos os dois são bons, no entanto, parece ser o equitativo o melhor dos dois.

O sujeito ético que conhece o bem e as virtudes não se submete às paixões (do grego *pathos*, paixão, excesso, passividade, sofrimento e assujeitamento), nem aos acasos da sorte, obedecendo a sua consciência, sua vontade racional. À Ética cabe determinar qual a finalidade suprema (o *summum bonum*) que preside e justifica todas as demais e qual a maneira de alcançá-la. Essa finalidade suprema é a felicidade (*eudaimonia*), que não consiste nem nos prazeres, nem nas riquezas, nem nas honras, mas numa vida virtuosa. A virtude, por sua vez, encontra-se em um justo meio entre os extremos, que será encontrada por aquele dotado de prudência (*phronesis*) e educado pelo hábito no seu exercício.

Antes de encerrar a exposição sobre o termo ética e sua distinção em relação à moral, cabe ressaltar o que diz Bentham sobre a ética:

Em sentido amplo, a ética pode definir-se como a arte de dirigir as ações do homem para a produção da maior quantidade possível de felicidade em benefício daqueles cujos interesses estão em jogo. (...) A ética, enquanto arte de dirigir as próprias ações do homem, pode ser denominada a arte do auto-governo, ou seja, ética privada. (BENTHAM, 1984, p.63).

Para Jeremy Bentham, a ética privada tem por objetivo a felicidade e diz respeito a cada membro da sociedade. A legislação, para ele, tem a mesma meta, por isso, a ética privada e a arte da legislação, que regula a coletividade, andam de mãos dadas.

Segundo Hume, a legislação imposta pelos governantes limita a liberdade, no entanto, é necessária e essencial para uma sociedade saudável. Ele diz que “*a liberdade é a perfeição da sociedade civil, sem que isso permita, contudo, negar que a autoridade é essencial para sua própria existência*”. (HUME, 1984, p.228).

Voltando à Grécia antiga, Platão diz que justo é o homem cuja alma racional é mais forte que a concupiscente e colérica. Isto é, virtuoso é aquele onde há a prevalência do racional, visto que, o ser humano, é dotado de três princípios de atividade, quais sejam: a) alma concupiscente – que visa à satisfação das necessidades do corpo; b) alma irascível ou colérica – que reage dor na proteção da vida e; c) alma racional – que é o conhecimento na forma de opiniões e percepções. Neste esquema platônico, para definir o homem justo, a alma racional deve estar sempre acima da concupiscente e da colérica.

Voltando ao ponto inicial, tem-se que os conceitos de ética, virtude, justiça e excelência moral, possuem entre si semelhanças, e que em certos momentos, têm igualdade de valores. Todos os termos, de uma forma geral, estão intrinsecamente ligados ao conceito do homem bom e feliz.

2.3 A EDUCAÇÃO E SEU PROCESSO HISTÓRICO – Da *Paideia* aos tempos atuais

Educar é uma palavra de sentido muito amplo. Na Grécia antiga o conceito é dado através do termo *Paideia*, onde cultura e educação eram valorizadas como um único sentido. Jäeger (2010, p.3) diz que “*todo povo que atinge um certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação*”. A palavra *educar* é sempre vista, desde a Grécia antiga, como sinônimo de formação do indivíduo. Desde os tempos mais remotos, ver-se, historicamente, que o homem tenta sistematizar a informação para passar adiante, deixar um legado cultural, teorizar sobre as questões que anuviavam seu pensamento, registrar os seus costumes etc. Ou seja, há muito se pensa a educação como um regulador e um princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite seus saberes e suas crenças e conserva seus valores morais e éticos, pois, “*a educação não é uma propriedade individual, mas pertence a essência da comunidade*”. (JÄEGER, 2010, p.4).

A educação é um norte para o indivíduo e uma condição para sua existência teleológica, no que se refere à felicidade, dentro de um contexto no qual o homem deve buscar a justiça, a equidade, o equilíbrio e a sua própria essência, conforme Morin.

A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional. (MORIN, 2003, p.65).

Segundo Jäeger (2010), a *Paideia* era o processo de educação em sua forma verdadeira, natural e humana. Do grego *paidos*, criança ou criação de meninos. Era o ideal cultivado para si e para a juventude, e combinava o *ethos* com o belo e o bom para formar o cidadão, exercitando sua liberdade e nobreza, que o fariam dignos enquanto homens. Tinha por objetivo fundamental educar em uma formação aristocrática o indivíduo, cujo ideal aparece como uma formação geral que tem por tarefa construir o

cidadão justo. Platão descreve a Paideia como “*a essência de toda educação ou Paideia é a que dá ao homem o desejo e a ânsia de se tornar um cidadão perfeito e o ensina a mandar e obedecer, tendo a justiça como fundamento*”. (JÄEGER, 2010, p.147).

Ainda o autor afirma a conjunção da relação entre a educação e os valores que forjam o indivíduo, o que solidifica a relação entre os conceitos de ética e educação como norteadores dos valores sociais.

A educação participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior como na sua estruturação interna e desenvolvimento espiritual; e, uma vez que o desenvolvimento social depende da consciência dos valores que regem a vida humana, a história da educação está essencialmente condicionada pela transformação dos valores válidos para cada sociedade. À estabilidade das normas válidas corresponde a solidez dos fundamentos da educação. (JÄEGER, 2010, p.147).

A ampliação do conceito de educação, no entanto, fez com que o termo posteriormente passasse a designar o resultado do processo educativo que se prolonga por toda existência do indivíduo, por isso, o termo passou a designar a cultura, em sentido perfectivo, ou seja, o estado de espírito plenamente desenvolvido que faz desabrochar o verdadeiro homem. O sentido dessa formação é forjar o homem liberto de seus instintos, desejos e paixões; o homem que se autodomine e traga consigo a temperança e a sabedoria em um ideal de perfeição humana. A educação, segundo Platão, “*não é a arte de conferir vista à alma, pois vista ela já possui; mas, por estar mal dirigida e olhar para o que não deve, a educação promove aquela mudança de direção*”. (PLATÃO,1996).

A partir desse alicerce conceitual, a *Paideia* traz consigo uma educação mais antropológica, o que faz surgir a educação como *episteme* (ciência, conhecimento), e não apenas como *ethos* (costumes) ou *práxis* (ação prática). É dessa forma que a *paideia* constrói o homem como homem e cidadão, aquele que pode intervir na organização política e social da *pólis* (cidade), a partir de todo conhecimento necessário para que ele se harmonize consigo mesmo e com o ambiente social ao seu redor.

A educação grega era orientada pela filosofia e pela arte. A educação integral implicava em conhecimentos sobre artes, esportes e filosofia. A beleza era fruto da proporção, do equilíbrio e da harmonia, mas a educação como um todo, era uma educação voltada para o pensamento humano como uma atitude civilizatória, pois, a educação é responsável pela orientação correta da alma que será capaz de distinguir o belo, o justo e, de tal forma, alcançará o Bem, para qual tende todo ser. Segundo Trigo (2009, p.83), “*a educação é a base de uma civilização desenvolvida de modo a incluir*

seus mais diversos grupos de maneira harmônica e integrada”. Ou seja, a educação grega se dava a partir da infância e seu fator principal era educar crianças e jovens com as diferentes linhas de pensamento para compreensão do mundo e do homem, visto que, *“a educação deve melhorar o ser humano e inseri-lo no caminho do bem, para um desenvolvimento pessoal adequado e uma inserção na sociedade* (TRIGO, 2009, p.102), pois o desenvolvimento intelectual é capaz de levar o homem à prática do bem e da justiça, isto é, de um caminho ético que possibilita uma mudança no olhar do homem para o mundo.

Em “A República”, Platão elabora sua concepção política e educacional do mundo, cuja finalidade é a educação do indivíduo para uma vida política justa entre a razão e o amor, baseada na contemplação das ideias do belo e do bem. Platão promulgava que a educação tinha o objetivo final de formar moralmente o homem para viver em estado justo. Rejeitava a educação grega praticada pelos sofistas que eram encarregados de transmitir conhecimentos técnicos, principalmente de oratória, para os jovens da elite, que deveriam se tornar aptos a ocupar as funções públicas.

Platão defende que a educação tenha caráter público e o processo educacional deve ser realizado em prédios construídos especialmente para este fim e os meninos e as meninas recebam igual instrução. Na medida em que a educação recebe papel de destaque na formação do cidadão, torna-se imprescindível supervisioná-la. Tarefa esta que cabe ao ministro da educação altamente qualificado, que deve ter no mínimo cinquenta anos e ser indicado entre os mais competentes da administração pública.

O governo proposto por Platão (1980) é um sistema que combina elementos tanto aristocráticos quanto democráticos. A administração do Estado é exercida por diferentes escalões de funcionários, acima dos quais figura o Conselho Noturno, instância governamental com obrigação de estudar filosoficamente as leis e coordenar o intercâmbio entre os filósofos, sendo formada pelos servidores mais idosos e notáveis, principais difusores da virtude.

Segundo Jäeger, *“a educação grega não é uma soma de técnicas e organizações privadas, orientadas para a formação de uma individualidade perfeita e independente”* (JÄEGER, 2010, p.16). A educação grega buscava forjar o homem-cidadão, partícipe de uma vida política justa entre a razão e o amor, baseada na contemplação do belo e do bem para viver um Estado justo.

2.3.1 Panorama Histórico da Educação no Brasil

No Brasil, a educação, nos modos vistos atuais, dá-se com a chegada dos Jesuítas, que de forma impositiva, trouxeram consigo um padrão educacional próprio da Europa. Outrossim, junto com isso, trouxeram sua moral, seus costumes e sua religiosidade.

Em 1808 a Família Real Portuguesa chega ao Brasil e, para atender a corte instalada em terras brasileiras, busca desenvolver um novo sistema educacional. Nesse período surgem as Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real e a Imprensa Régia, importante órgão na difusão de ideias entre os letrados.

Em 1821 é proclamada a independência do Brasil e em 1824 é outorgada a primeira Constituição Brasileira, garantindo instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. Em 1826 um decreto institui quatro graus de instrução: escolas primárias, Liceus, Ginásios e Academias. Apesar de todos os intentos, os períodos colonial e monárquico foram caracterizados pelo modelo de importação do pensamento europeu.

O período posterior, entre 1889 e 1929, foi marcado por uma organização escolar influenciada pela filosofia positivista e seguem a orientação da Constituição Brasileira da época.

Em 1930 a Revolução foi um marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção, tornando-se necessária a formação de mão de obra especializada, o que fez com que se investisse na educação para formar e qualificar mão de obra.

Em 1934 vem uma nova Constituição e, pela primeira vez, a educação é considerada direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

Com o Estado Novo, em 1937 é outorgada uma nova Constituição, onde a orientação político-educacional é voltada para o mundo capitalista, sugerindo a preparação de mão de obra e enfatizando o ensino pré-vocacional e profissional. No entanto, tira do Estado o dever de educação, mas mantém a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário.

É em 1953 que a educação passa a ter um ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1962 são criados os PNE – Plano Nacional de Educação e o PNA – Programa Nacional de Alfabetização, inspirado no método Paulo Freire.

Em 1963 os militares iniciam um período de descontentamento com a conjuntura política do país e um ano depois, em 1964, veio o golpe militar. Inicia-se assim, uma obscura fase na história da educação brasileira, caracterizada pela repressão e burocratização do ensino público, restringindo a autonomia dos educadores e educandos, inibindo e reprimindo a força qualquer movimento contra o regime instalado. Um período de submissão e crueldade que gerou um grande retrocesso educacional e social no país e que buscava adequar o sistema aos interesses e conveniências, formando mão de obra tecnicista, sem qualquer preocupação com o lado humano do indivíduo, que pressupõe conhecimentos mais amplos que possibilitam a reflexão, sem se resumir a ensinar a ler, escrever e executar cálculos matemáticos, pois educar é, antes de tudo, ensinar a pensar. Passou-se a adestrar ao invés de educar. Era proibido pensar!

Em 1964, um golpe militar aborta todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram "comunizantes e subversivas". O Regime Militar espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos e feridos, nos confrontos com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores. (BELLO, 2001, p.10).

Em 1964 uma nova Constituição determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, além de fazer voltar o preceito de que educação é direito de todos. Nesse período foram suprimidas as disciplinas de filosofia (1971) e sociologia (1974), e implantadas em caráter efetivo as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Também foi criado o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, que, extinto por denúncias de corrupção, cedeu seu lugar a Fundação Educar. O legado deixado pelos militares foi vergonhoso e ainda hoje ver-se resquícios através de estigmas que permeiam a educação e a sociedade.

Romanelli (1991) relata que durante a Ditadura pensava-se em erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa nacional levando-se em conta as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região. Para isso, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, que não conseguiu atingir seu objetivo e por isso foi extinto. No entanto, outra Lei foi criada para vangloriar a ditadura.

É no período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência

física, que é instituída a Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Dentro do espírito dos "slogans" propostos pelo governo, como "Brasil grande", "ame-o ou deixe-o", "milagre econômico", etc., planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira. (ROMANELLI, 1991, p.64).

Em 1988 é promulgada a nova Constituição Brasileira e com ela vieram novas conquistas que geraram avanços significativos. Com a CF/88 o Projeto de Lei para uma nova LDB foi encaminhado para a Câmara Federal, sendo aprovado em 1996, a Lei 9394/96. Nesse período foi extinto o Conselho Federal de Educação que cedeu lugar ao Conselho Nacional de Educação, já nascido menos burocrático e mais político.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional resultou de uma intensa luta parlamentar e extra-parlamentar. Entidades da sociedade, com interesses diversos porém convergentes em relação à defesa do ensino público e gratuito, se reuniram em diversos momentos, criando versões de uma LDB de seu agrado. Todavia, a LDB resultante não foi esta, mas uma mistura entre o projeto que ouviu os setores da população e o projeto do Senador Darcy Ribeiro, de certo modo mais afinada com o governo e com os interesses dos empresários do ensino. É claro que, neste caso, há de se notar que a influência do segundo projeto sobre o primeiro foi preponderante. (GHIRALDELLI, 2003, p.170).

Com a nova LDB foram criados o Curso Normal Superior e os Institutos Superiores de Educação e a nomenclatura das fases da educação escolar para Educação Básica (Fundamental 1, fundamental 2 e Ensino Médio) e Educação Superior. Os princípios e fins da educação nacional passaram a ter a seguinte redação:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III** - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV** - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V** - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII** - valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII** - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 - IX** - garantia de padrão de qualidade;
 - X** - valorização da experiência extra-escolar;
 - XI** - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- (BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*).

Com relação à profissionalização, a LDB enfatiza a questão de formação humana, a formação do cidadão, ou seja, a formação profissional não deve se sobressair em detrimento da formação humana, visto que a educação no ensino médio deverá aperfeiçoar o educando nos conhecimentos já adquiridos no ensino fundamental.

Art. 35º. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*).

A formação dos docentes para o ensino da educação básica deverá ser em nível de licenciatura, visto que os profissionais da área estão qualificados para atuar junto aos discentes em sua formação educacional como cidadãos, dada a importância da formação docente com relação às disciplinas de didática, prática de ensino, psicologia da criatividade e programas de formação pedagógica em geral. A Lei 9394/96 é clara com relação a estes docentes e a formação do educando quando se refere, ao artigo 62º.

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*).

O processo histórico da educação, desde a Grécia antiga, revela a importância da formação do cidadão, inclusive do ponto de vista ético, o que é retomado com a Nova LDB. No entanto, essa não é a realidade prática observada, o que corrobora para a crise social vivida atualmente, onde a preocupação principal é com a formação profissional, sem a preocupação moral e ética dos futuros profissionais. Esses fatos revelam uma triste realidade que maltrata as famílias e a sociedade: a crise do *ethos*.

O reflexo da crise do *ethos* sai do ambiente educacional para o social e, em todos os ambientes, inclusive no profissional, é possível observar seu reflexo, inclusive no serviço público, e até na qualidade dos servidores concursados, a chamada geração “Y”, que, embora muitas vezes tenha alta capacidade intelectual, deixam a desejar no que se

refere a inteligência emocional e social, no saber em si, o que interfere na capacidade cognoscível e gera crise ética também dentro do serviço público.

De forma geral, a partir do panorama histórico apresentado, é possível concluir que a formação do indivíduo através da educação é primordial para uma sociedade salutar onde os indivíduos participam ativamente, de forma ética e, sobretudo humana, construindo um futuro melhor e mais digno para todos.

2.4 A CRISE DO *ETHOS* NA SOCIEDADE ATUAL

Estudar ética não torna o indivíduo mais ético, no entanto, o conhecimento possibilita ao indivíduo escolher entre agir eticamente ou não, de forma consciente, pois, a consciência, o desejo e vontade formam o campo da vida ética através do conhecimento da boa conduta, permitindo que se previna contra o uso da violência contra o outro. Para a palavra “*violência*”, entenda-se o termo a partir do verbo violar, pois, agir de forma amoral ou antiética é violar o campo social do outro.

Violência e impunidade é, também, impedirem a manifestação do pensamento livre e da individualidade responsável; é constrangerem os corpos com a dor da fome e a agressão da doença sem socorro; é admitirem a crueldade da tortura, da degradação brutal do local no qual se vive, o padecimento provocado pela não convivência com aqueles a quem se ama. Violência e impunidade é, também, ser vitimado pela falta de trabalho, ser humilhado pela ausência de estudo, ser desprovido de um lazer sadio, ser mortalmente ferido pela discriminação de qualquer tipo. Violência e impunidade é, também, ser violentado pelo embaraço traumático da religiosidade, da sexualidade, da amorosidade. Violência e impunidade é, em suma, admitir que apodreçam as esperanças, extirpem os desejos e a sacralidade da vida. (CORTELLA, 2013, p.102).

A ética está centrada no agir com justiça e a justiça repousa na harmonia e na proporção, segundo Aristóteles, em sua doutrina do justo meio. Essa equação tem como resultado o equilíbrio harmônico consciente tanto no ambiente social quanto profissional. No entanto, instalou-se no seio da sociedade aquilo que se pode ser denominado como crise do *ethos*, onde as pessoas agem de forma equívoca e as leis precisam ser bem amarradas para que sejam cumpridas, onde as normas já não são suficientes, o que desemboca em um ambiente desarmonizado, que afeta diretamente as famílias, o meio social e consequentemente o ambiente profissional. Uma crise moral que gera uma patologia social que atinge todas as classes bem como todas as áreas sociais e culturais. Na arte ver-se o exemplo na música, no teatro, nas artes plásticas, ou seja, em praticamente todas as linguagens artísticas que se tornam, a cada dia, mais

vazias e decadentes. Em todas as profissões busca-se, antes de tudo, o pagamento que vão receber; o retorno financeiro em detrimento do prazer e da conduta ética que se deve ter. As pessoas estão vazias e por isso, há uma necessidade de uma legislação para regular o estado social, quando, na verdade, as mudanças deveriam ocorrer através da educação, pois, só ela, propicia uma mudança no olhar. Mas não há interesse político em contribuir com essa mudança e essa falta de atitude política leva ao desequilíbrio desregrado e a uma população apática, seduzida por pseudo-benefícios. Segundo Maquiavel,

De onde se deve observar que, ao tomar um Estado, o conquistador deve praticar todas as necessárias crueldades ao mesmo tempo, evitando ter de repeti-las a cada dia; assim tranquilizará o povo, sem fazer inovações, seduzindo-o depois com benefícios. Quem agir diferentemente, por timidez ou maus conselhos, estará obrigado a estar sempre de arma em punho, e nunca poderá confiar em seus súditos que, devido às contínuas injúrias, não terão confiança no governante. (MAQUIAVEL, 2005, p.69).

Maquiavel coloca o fato de que a educação, nessa perspectiva governamental, não está em primeiro plano e, para manter-se a ordem social, o Estado poderá utilizar-se da força. Eis a proposta de uma nova ética, voltada para a política e não para o ideal moral; os olhos estão voltados para o bem do Estado que se mostra manipulável, inverso a perspectiva Grega tradicional. Para Maquiavel, há uma distinção entre os espaços da moral e da política. Isto não significa que se pode “*fazer o que se quer*”, de qualquer modo, sem sentido algum. A máxima, segundo o qual “*os fins justificam os meios*” (MAQUIAVEL, 2005) tem uma implicação muito mais coerente e profunda. Ser acusado de crueldade não deve ser o temor do Príncipe, desde que tal atitude seja necessária para unificar o povo e manter a paz. Para o autor o conflito que existe entre os homens é o que fundamenta a ação política. Tendo em vista a liberdade, exige-se a administração dos conflitos, de tal modo que não se permita o crescimento do poder de um determinado grupo em detrimento de outro, o que levaria a perda da liberdade. Maquiavel alerta que “*nenhum Estado deve crer que pode sempre seguir uma política segura*”, mas “*ao contrário, deve pensar que todos os caminhos são duvidosos*” (MAQUIAVEL, 2005, p.134). Segundo ele, para bem administrar o Estado é preciso entender a natureza das coisas, o fato de que não se consegue evitar uma dificuldade sem cair em outra. A prudência do príncipe consiste em saber reconhecer estas questões e escolher entre o que é menos danoso à sociedade. Além disso,

Os príncipes devem demonstrar também apreço pelas virtudes, dar oportunidade aos mais capazes e honrar os excelentes em cada arte. Devem, além disso, incentivar os cidadãos a praticar pacificamente sua atividade – no

comércio, na agricultura ou em qualquer outro ramo profissional. Assim, que uns não deixem de aumentar seu patrimônio pelo temor de que lhes seja retirado o que possuem, e outros não deixem de iniciar um comércio, com medo dos tributos; devem os príncipes, ao contrário, instituir prêmios para quem é ativo e procurar de um modo ou de outro melhorar sua cidade ou Estado. Além disso, precisam manter o povo entretido com festas e espetáculos, nas épocas convenientes; e como toda cidade se divide em corporações ou em classes, devem dar atenção a todos esses grupos, reunir-se com seus membros de tempos em tempos, dando-lhes um exemplo da sua solidariedade e munificência – guardando sempre, contudo, sua dignidade majestosa, que não deve faltar em nenhum momento. (MAQUIAVEL, 2005, p.134-135).

O que é curioso em Maquiavel é o fato da educação, para o povo ou para os súditos, estar em um plano secundário, em pleno renascimento, quando a referência artística e literária era a Grécia antiga. O Príncipe deve estudar sempre e conhecer a história, inclusive a grega e a romana, para ter passos acertados e não incorrer em erros com seus súditos para se manter no poder. O objetivo é mostrar como as coisas são e o que se deve fazer com elas para se conseguir o que quer, lições estas que são encontradas nos antigos. Enquanto a religião exige um télos, um fim a ser atingido, uma recompensa, na concepção maquiaveliana o que existe é uma condição cíclica, onde as experiências do passado se repetem e os homens trilham quase sempre o mesmo caminho. Segundo ele,

A fim de exercitar o espírito, o príncipe deve estudar a história e as ações dos grandes homens; ver como se conduziram na guerra, examinar as razões de suas vitórias e derrotas, para imitar as primeiras e evitar as últimas. Acima de tudo, deve agir como alguns grandes homens do passado ao seguir um modelo que tenha sido muito elogiado e glorificado, ter sempre em mente seus gestos e ações. Assim se diz que fez Alexandre, o Grande, com relação a Aquiles, César a Alexandre e Cipião a Ciro. Quem ler a biografia de Ciro, escrita por Xenofonte, verá que a glória de Cipião deve-se ao fato de ter imitado Ciro, repetindo suas qualidades de homem casto, afável, humanitário e liberal. (MAQUIAVEL, 2005, p.95).

É perceptível que o caos já começara a se instalar na sociedade mundial pela patologia do poder em detrimento ao saber. Adam Smith, pensador do século XVIII, propaga a ideia que o Estado deve educar, com poucos gastos, a população em geral, pois um povo instruído e ordeiro obedece aos seus legítimos superiores e não é presa fácil de ilusões que dão origem a terríveis desordens. O que se encontra nas entrelinhas do texto de Smith é que educar os trabalhadores pobres tem por objetivo disciplinar e, com poucos recursos, transformá-los em cidadãos de segunda categoria.

A partir de Maquiavel, a violência distingue-se do conflito, que está na raiz das relações de poder: a violência é entendida como o uso da força bruta, enquanto o

conflito ou o dissenso, gerado pelo antagonismo de classes, são salutares na política e precisam ser reconhecidos por seus efeitos benéficos, visto que, do confronto e da desunião, nascem as boas leis. O bom governante é aquele que reconhece a realidade do conflito e busca o equilíbrio das forças em luta, organizando a ordem social e política.

Há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião... (...) Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república que deu tantos exemplos de virtude, pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis e estas da desordem que quase todos condenam irrefletidamente. (MAQUIAVEL, 1982, p.31).

O destaque para os conflitos é na realidade a prática da violência por ausência de educação e normatização de leis e/ou normas que pacifiquem ou estimulem o homem a viver socialmente em paz, respeitando o outro e buscando o crescimento coletivo, o bem estar de todos que compõe a sociedade, sem violar os limites do outro, visto que é essa violência uma das características da crise do *ethos*, que passa, indubitavelmente, pela formação do caráter, ou seja, pela formação moral a qual se fundamenta na educação. A crise do *ethos* é uma patologia social que vem desenvolvendo “príncipes”. O espocar de uma semente adormecida desde o renascimento.

Diante de todo esse quadro social, é cada vez mais pujante uma legislação rigorosa para que não haja a necessidade da força *maquiaveliana*. E, tendo em vista que toda sociedade é regulada por normas de conduta, sejam elas para disciplinar o ambiente profissional ou social, é claro e notório que toda norma social implica em um conteúdo relacional e que, qualquer uma, é resultado de uma interação, portanto, de uma relação, no mínimo, a dois. Ou seja, a vontade é comum ao indivíduo, de forma que as normas sociais estão vinculadas ao fenômeno social, fazendo parte integrante do processo social que se inicia na mente e se completa na interação. Segundo Baptista,

À medida em que a sociedade vai se desenvolvendo, forma-se um sistema, um ordenamento de normas de conduta, ou mesmo acumulam-se tais padrões (como nas normas morais), sem que se possa prescindir dos conjuntos mentais interativos que regulam o atuar humano. (BAPTISTA, 2003, p.18).

É importante ressaltar que norma e conduta não se confundem, podendo coexistir no mesmo espaço e tempo, porém, como realidades distintas, visto que as normas pré-existem às condutas, isto é,

As normas sociais são, portanto, padrões criados através da interação e que subsistem nas mentes dos indivíduos para se revelarem toda vez que o processo interativo se repetir, o que sempre ocorre sob o impulso prévio da vontade individual e em atenção a um padrão aceito e atuante no momento mesmo da ação social. (BAPTISTA, 2003, p.22).

Diante da abordagem supra, o que se percebe é que o conhecimento do direito tem que ser objetivo, que o *ethos* é a pedra de toque para se fundamentar uma sociedade mais justa e equânime, onde não haja a violação nem de si, nem do outro, pois o direito é exercido na conduta, independente de apelação para a lei, e a sentença, é um reflexo social. Ou seja, todo conhecimento, diante desse prisma, é normativo, pois a mente humana está sempre vinculada a um sentimento de dever ser, e a justiça a uma realidade vinculada ao social.

O quadro sistêmico atual é de uma confusão cultural, onde se banaliza a vida, os valores morais e éticos, onde a lei precisa ser mais ostensiva já que a conduta moral se deteriora em detrimento da convivência social e profissional. Um dos fatores preponderantes para que ocorra uma mudança no olhar social, bem como na conduta social, é educação através do conhecimento, pois, buscar o profissionalismo hermético é degradar o ser humano que caminha para o caos, para o sacrifício social e cultural que já é propagado pelos meios de comunicação. Para agir de forma proba e com um mínimo de razoabilidade, com justiça e fundamentação ética e moral, é preciso conhecer a virtude. A escolha é propiciada a partir do momento que se conhece as extremidades de uma situação, que pode ser percebida como a doutrina do justo meio aristotélico, referenciada desde a Grécia antiga e esquecida nos tempos atuais.

Essa é a chamada crise do *ethos que*, além da sociedade, atinge também o serviço público, teoricamente fadado ao desprezo social, mas nesse caso, os primeiros passos já foram dados, quando em 1988, foi promulgada a Constituição Federal da República Brasileira e, ao servidor público, foram reservados capítulos e parágrafos que muito vêm contribuindo para a sua melhoria e a respeitabilidade. Outrossim, em 1990 foi assinada a lei 8112/90 (RJU), que regula e normatiza o serviço público. O que não corrobora é a crise social geral que passa fundamentalmente pelas escolas e pela educação doméstica, ou melhor, pela falta dela, pois o panorama geral é de corrupção educacional e colapso social, sendo um fato consequência do outro.

Um fator que também é problemático em meio a toda essa crise ética é o de se pensar a educação como formação de mão de obra, estigma deixado ainda pelo militarismo! Se tecnicista o homem, no entanto, o homem em si, é sempre esquecido. E são esses homens que ocupam cargos e adentram, através de concursos, no serviço público. É preciso profissionalizar e humanizar o indivíduo dentro dos preceitos éticos e morais necessários à formação humana como um todo, inserindo-o na sociedade de uma

forma justa e humana, pois, é esse indivíduo, esse profissional humano, que fará a diferença e, aos poucos, poderá permitir ou corroborar com mudanças sadias no ambiente social e profissional. É preciso educar à luz do conhecimento em um processo de aperfeiçoamento contínuo, visto que o cenário atual é de verticalização da educação e horizontalização do serviço público, o que resulta em caminhos cruzados, tortuosos, falíveis e não sinalizados, pois,

Apesar de o processo educacional ser realizado nos vários mundos possíveis, é na escola e no trabalho que essa educação é formalizada, institucionalizada, concretizada de forma clara e imposta através de leis, regras, normas e estatutos. Algumas regras são escritas e declaradas explicitamente; outras são sugeridas; e outras, ainda, talvez as mais importantes, são implícitas, ou seja, nunca foram escritas ou faladas, mas são mais importantes e devem ser obedecidas sob pena de o indivíduo sofrer as consequências. (TRIGO, 2009, p.68).

A educação é a ferramenta facilitadora que permite que as pessoas desenvolvam suas potencialidades e possam, em conjunto, formar uma sociedade mais justa, pluralista, democrática e desenvolvida. Mas a educação deve ser antropocêntrica e não mecanicista, com fins de se obter o lucro ou emprego, mas com fins teleológicos.

2.5 A ORIGEM DO SERVIÇO PÚBLICO

Historicamente o serviço público teve seu início oficial e jurídico na França, no início do século XIX e final do século XX. No entanto, pode-se buscar uma primeira noção na Grécia antiga, onde o serviço “*era prestado pelos detentores de grandes fortunas em forma de imposição honrosa, e não pelo poder organizado em forma de estado*” (JUSTEN, 2003, p. 17). Posteriormente a esse momento, mas ainda no mesmo período, GROTTI atribui a ROUSSEAU o uso originário da expressão “serviço público” de duas maneiras:

Concebe-se como atividade estatal que sucede ao serviço do Rei, porque se operou uma substituição na titularidade da soberania e também atividades destinadas ao serviço público, isto é, a atividades das quais se asseguram aos cidadãos a satisfação de uma necessidade sentida coletivamente. (GROTTI, 2003, p.20).

O serviço público francês foi fundado na ideia republicana de igualdade e liberdade, sendo caracterizado por disputas que, muitas vezes, ultrapassaram o âmbito jurídico.

Ele figura entre as imagens fundadoras sobre as quais apoia a identidade coletiva; mexer com o serviço público é considerado um ato de sacrilégio,

que pode atingir os fundamentos do Estado e ferir a unidade nacional. (CHEVALLIER, 1996, p.77).

A Revolução Industrial propiciou o desenvolvimento econômico e contribuiu para o surgimento de uma diversidade de serviços públicos diferentes, como linhas férreas, telégrafos, telefones, distribuição de água e energia etc., o que delineou o modelo francês do serviço público prestado à população, o que denota que, naquele país, tal serviço é um dos aspectos fundamentais do seu desenvolvimento histórico.

2.5.1 Serviço Público no Brasil: Do Império à República Atual

No Brasil o serviço público teve sua origem em 1808, com a instalação da Real Família Portuguesa que, diante da necessidade de promoção do desenvolvimento da então colônia, dentro dos parâmetros da diplomacia real, percebe a importância do trabalho administrativo.

Após a proclamação da República, o funcionalismo tornou-se mais forte, colaborando direta e indiretamente com a administração, executando ações que movimentaram e impulsionaram os serviços básicos e essenciais de que necessitam os cidadãos em suas relações sociais com o Estado, no entanto, não existiam regulamentação nem legislação específica ou mesmo denominação alguma para os servidores da República brasileira.

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de 1939, surge um dos primeiros documentos que consolida normas referentes ao funcionalismo público: o decreto 1713/39. Em 1943, o então presidente Getúlio Vargas, institui o dia 28 de outubro como dia do funcionário público e, em onze de dezembro de 1990, publica-se o novo estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, que consolida o termo Servidor Público, através da Lei 8112/90, o Regime Jurídico Único – RJU. No entanto, antes da aprovação da Lei 8112/90, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu e forneceu referências em relação ao Serviço Público. A Constituição anterior, a Carta Magna de 1934, nada falava sobre o serviço ou o servidor público.

Trata-se de uma atividade de titularidade do Poder Público, que não se desnatura quando a execução é delegada a particulares, pois a Constituição fixa um vínculo orgânico com a Administração, ao dispor, no *caput* do art. 175, que incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão. (GROTTI, 2003, p.89).

A Constituição de 1988 nasce em um momento político que tinha como paradigma a luta entre o comunismo e o capitalismo, consubstanciando-se como uma carta de bem estar social de uma vida mais digna, cujo objetivo é prestar ao cidadão as condições necessárias para se viver dignamente, provendo-lhes as necessidades básicas. Em relação ao Serviço Público, surgem as principais características para sua definição, estabelecendo-se parâmetros para determinar o direito público e o privado. O período anterior foi marcado pela falta de apoio para o servidor e o ingresso era realizado através de apadrinhamento ou troca de favores, não havendo a necessidade de concurso público. Só a partir da promulgação da Constituição de 88, com a ideia de justiça centrada na isonomia de oportunidades para todos, através do art. 37, parágrafos I e II, estabeleceu-se o concurso público que, consigo, trouxe mais qualidade ao serviço público.

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. p.40).

O artigo supramencionado não trata apenas do ingresso no serviço público, ele é o esteio, a fundação basilar para nortear o servidor e elencam os princípios inerentes à Administração Pública, função é dar unidade e coerência ao Direito Administrativo, controlando as atividades administrativas de todos os entes que integram a federação brasileira (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Dos princípios da legalidade e da supremacia do interesse público sobre o particular nascem os demais princípios. Os parágrafos do Art. 37º normatizam o serviço público, conforme abaixo:

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;

VIII - a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie pelo Prefeito;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 39, § 1º;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV - os vencimentos dos servidores públicos, civis e militares, são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os arts. 37, XI, XII, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. p.40).

É diante desse quadro que, após a CF/88 nasce um “novo servidor” que convive com o “velho servidor”, aquele que muitas vezes não tem consciência da dimensão pública que sua tarefa possui, qualquer que seja ela. Mas não se pode generalizar, visto que muitos dos “velhos servidores”, a chamada geração “X”, são proativos, honestos, organizados e “dão a vida” pelo seu trabalho, para cumpri-lo com excelência, desenvolvendo-o com zelo e ética. Da mesma forma, o “novo servidor”, pertencente à geração “Y”, apesar de ingressar através de concurso público, muitas vezes é reativo e nem sempre é determinado, visto que muitas vezes, busca apenas a estabilidade e a razoabilidade dos salários, sem o compromisso com a servidão. Um dos grandes e prováveis problemas é que, muitas vezes, vítima da crise ética e social estabelecida, o servidor concursado tem o nível intelectual elevado, mas deixa a desejar na sua formação moral e social.

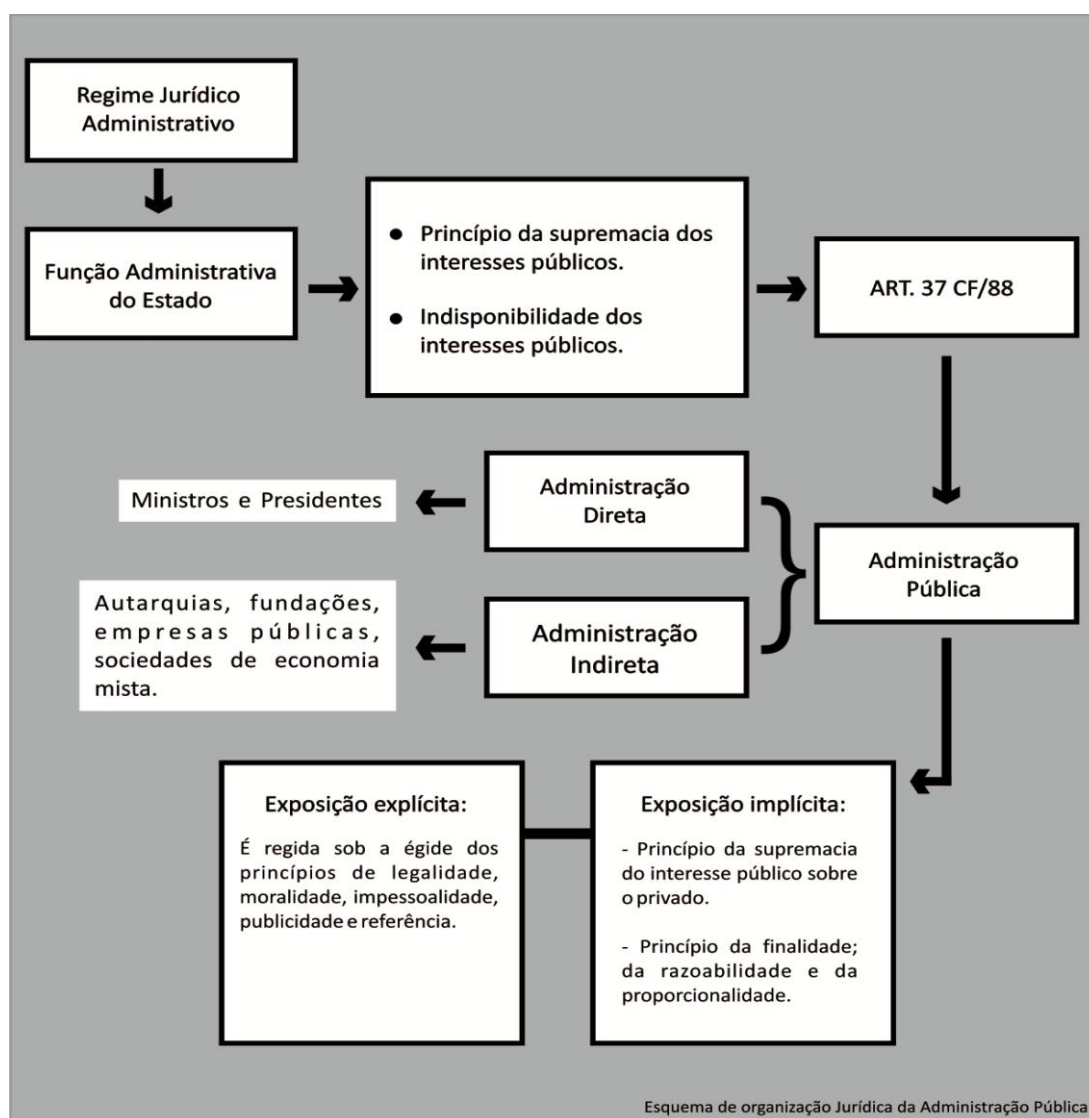
2.5.2 Organização Jurídica da Administração Pública:

O regime jurídico da administração pública é o conjunto de direitos e deveres que o ordenamento jurídico confere ao Poder Público e que não se estende aos particulares, por força dos interesses que ela representa quando atua, visto que a função

administrativa do Estado tem como base de sustentação dois princípios: o princípio da supremacia dos interesses públicos e o princípio da indisponibilidade do interesse público. Ao analisar o art. 37 da CF/88, ver-se que a administração pública pode ser de dois tipos: direta ou indireta, sendo a direta formada por Ministros e Presidentes e a indireta formada por autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Dentro dessa organização jurídica, tem-se que a administração pública é regida sob os princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Implicitamente a estes princípios, estão outros, não menos importantes, que são: o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e o princípio da finalidade; da razoabilidade e da proporcionalidade.

Para exemplificar e simplificar, montamos o seguinte esquema apresentado no quadro abaixo:

Figura 1: esquema de organização jurídica da administração pública



Fonte: <http://www.sintefpb.org.br/artigos/a-origem-do-servico-publico-e-o-servico-publico-no-brasil/>.

2.6 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NA CONTRA-MÃO DA CRISE DO *ETHOS*: Uma mudança no sentido do olhar

A visão de um serviço público sem qualidade de atendimento é histórica e remonta ao Brasil colonial, quando a burocracia era comandada por administradores da corte portuguesa que se preocupavam mais com a posição social que com a população a quem deveria servir e prestar bom atendimento, ou seja, a figura do servidor público carrega consigo um estigma histórico. No entanto, esse quadro vem mudando aos poucos e o fator que mais vem contribuindo para essa nova realidade é a forma de pensar gestão no serviço público.

Muitos autores e também muitos gestores públicos creem que a qualidade dos serviços prestados à sociedade depende de quem o executa, ou seja, do servidor que precisa ter consciência de que a sua atividade profissional é nobre e digna, que servir a comunidade e promover o bem comum são missões que o dignificam. Partindo desse ponto de vista é deveras importante que o gestor também entenda o papel social do servidor, valorizando-o através de programas de gestão de pessoas que o capacitem como profissional e como ser humano.

Na *Ética a Nicômacos*, Aristóteles investiga o tipo de saber que se pode obter acerca da conduta: a virtude. Segundo o autor, “*todo conhecimento e todo trabalho visa algum bem*” (ARISTÓTELES, 2001 p.03), por isso, é imprescindível que se desenvolva a educação através da virtude para a apreensão do conhecimento e o refinamento da índole ativa, que tornará possível identificar a felicidade com a honra, no sentido de praticar o que é bom e justo para se viver em harmonia. Segundo Trigo,

Essa educação, formal e institucional, escolar ou corporativo, envolve o ser humano do berço ao túmulo. Escolas, empresas, asilos, hospitais, clínicas de repouso, UTI's, hotéis, colônias de férias, transportes públicos ou privados, todos esses ambientes possuem suas regras e etiquetas de comportamento, e, portanto, as pessoas precisam ser “bem educadas” para conviver harmonicamente em sociedade. (TRIGO, 2009, p.68).

São perceptíveis as mudanças ocorridas no serviço público ao longo dos anos; ver-se sua melhora qualitativa apesar da crise social que tem gerado inúmeros escândalos de corrupção ativa e passiva nos meios político e social. Na contramão da crise os concursos públicos têm aberto portas para uma geração inteira de

“concurseiros” (REVISTA ESMAFE: ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 5ª REGIÃO, n.10, dez. 2006) que se especializam e estudam muito para ingressar no serviço público e ter o seu futuro garantido. Nessa perspectiva ver-se o trabalho técnico se afunilando em detrimento ao lado humano do futuro profissional, fator que também contribui para essa crise, onde a humanidade perde espaço para a amoralidade, para as normas que regem os bons costumes e para o próprio homem. Os “concurseiros” estão inseridos nesse espaço, no entanto, com uma grande diferença: o conhecimento da profissão e da legislação que confere mais qualidade ao serviço público. Além disso, os gestores, interessados em elevar ainda mais a qualidade dos serviços prestados à sociedade, através do governo federal, vêm oferecendo cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos servidores que, por sua vez, também interessados em capacitação e melhoria salarial, têm buscado individualmente capacitar-se e graduar-se educacionalmente.

Essa crescente profissionalização tem trazido às Instituições Públicas pessoas mais preparadas, qualificadas e conhecedoras do direito e das normas básicas que devem servir de base para a promoção da qualidade, tornando mais digno e respeitável o serviço público, gerando um servidor mais consciente do comportamento ético, justo e equânime, e que busca cumprir sua função precípua, de servir bem e respeitosamente a sociedade.

Em 2002, a então presidente da Escola Nacional de Administração Pública, Regina Pacheco, em entrevista a Assessoria de Comunicação do MEC – Ministério da Educação e Cultura, questionada sobre uma possível mudança no perfil do servidor público, respondeu:

Sim, mas há principalmente, uma mudança na cultura, na mentalidade do servidor, e o concurso espelha um pouco disso ao registrar as experiências na melhora de gestão. Quando se fala em mudança de perfil nos referimos à escolaridade, qualificação, porcentagem de servidores com nível superior, o que, aliás, também está ocorrendo de maneira muito rápida. Em 2000, pela primeira vez na história da Administração Pública Federal, mais da metade dos servidores tinham nível superior. Mas acredito que o concurso mostra mais uma mudança de postura, porque as equipes são mistas. (REVISTA ESMAFE: ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 5ª REGIÃO, n.10, dez. 2006, p.93).

Esse depoimento denota que realmente houve uma mudança, e que esta, partiu principalmente do próprio servidor que, cansado de ser chamado de ineficaz e ineficiente e buscando qualificação e melhoria salarial, procura mudar o olhar da

sociedade para com o serviço público. Isto é, a administração pública está mudando, o servidor está mudando, a sociedade está mudando. Esse é o caminho.

Mas não é só o servidor que individualmente tem mudado; tão pouco apenas o modelo de gestão que tem melhorado. As reformas constitucionais, RJU, o código de ética do servidor etc., são iniciativas governamentais que corroboraram para a melhoria do serviço público e vêm dando tons positivos à preparação daqueles que ocupam um cargo público, no entanto, por não focarem na pessoa do servidor como principal fonte de mudanças positivas para o funcionamento do aparelho estatal peca e atrasa na mudança que já poderia estar bem à frente do nosso tempo.

3: METODOLOGIA

Para realizar estudos na área de administração ou em qualquer outra área do conhecimento é preciso definir parâmetros que auxiliem no desenvolvimento e estruturação da pesquisa. Lakatos e Marconi (2000, p. 18-21) dividem o conhecimento em popular, filosófico, religioso e científico.

Conhecimento científico é racional, visa explicar “por que” e “como” os fenômenos ocorrem na tentativa de evidenciar os fatos que estão correlacionados. Difere-se do conhecimento popular pela forma, o modo ou o método e os instrumentos do “conhecer”. (LAKATOS; MARCONI, 2000, p.16). Ele também é real (factual), suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por meio da experiência e não apenas pela razão, é sistemático, verificável, falível e aproximadamente exato, pois novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem formular uma teoria já existente. (LAKATOS; MARCONI, 2000, p.20). Este se difere do filosófico e religioso nas seguintes características: do filosófico por não ser racional e do religioso por não ser inspiracional.

No sentido de fazer uma pesquisa que busque explicar e melhorar fatores do cotidiano da Administração Pública é mais coerente que este trabalho tenha como base os procedimentos metodológicos do conhecimento científico.

Para Raupp e Beuren (2006, p.76):

No rol dos procedimentos metodológicos estão os delineamentos, que possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular planos e estruturas a fim de obter respostas para os problemas de estudo.

A seguir o estudo é delimitado por algumas abordagens metodológicas que visa à necessidade do aprimoramento dentro do tema que está sendo explorado.

3.1 Definição da Estratégia Metodológica

Este estudo adota procedimentos metodológicos que melhor se enquadrem aos objetivos da pesquisa adotada. Segundo Lakatos e Marconi (1982, p. 189), monografia “trata-se de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia”.

De acordo com Raupp e Beuren (2006, p.79) algumas tipologias de delineamento de pesquisas, são mais aplicadas à área de conhecimento da administração e elas são

agrupadas em três categorias: quanto ao objetivo (exploratória, descritiva e explicativa); quanto aos procedimentos (estudo de caso, levantamento, pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental); e finalmente quanto a abordagem do problema (pesquisa qualitativa e a quantitativa).

Para ser exploratória, o tema a ser pesquisado necessita ser pouco conhecido, tendo assim a obrigatoriedade de se adquirir maior conhecimento sobre o assunto, de modo a torná-lo claro e proporcionar uma visão geral do fato a ser estudado.

No caso da pesquisa descritiva, é analisado o comportamento do meio, população, ou fenômeno, descrevendo os acontecimentos, mudanças ou o estabelecimento de relações entre as variáveis do fenômeno ocorrido. Se a pesquisa descritiva relata os acontecimentos, a pesquisa explicativa leva ao conhecimento do porque o fenômeno aconteceu, identificando os fatos ou fatores que levaram ao desenvolvimento de determinada consequência ou forma.

Então quanto aos objetivos o estudo se enquadra em pesquisa descritiva, pois conforme Andrade (2002 *apud* RAUPP E BEUREN, 2006, p.81) a pesquisa descritiva tentará descrever os fatos recorrendo-se a observação do que foi relatado, buscando analisar, interpretar e classificar o problema se interferir nele.

O trabalho identifica os tipos de acontecimentos dentro da amostra, no que se refere ao Serviço Público Federal, foi realizado através de livros e leis que tratam de educação e legislação como é o caso da LDB e da CF/88, além de livros de cunho filosófico, como Ética a Nicômacos e Paidéia, e pesquisas em *sites* do Governo Federal, que segundo Gil (1999 *apud* RAUPP; BEUREN, 2006, p.89) relata que a pesquisa bibliográfica utiliza-se principalmente da contribuição de vários autores sobre determinada temática de estudo.

De acordo com a tipologia de pesquisa sobre a abordagem do problema, é utilizada a pesquisa qualitativa, pois o objetivo leis e fraudes tentando dar sugestões de como poder ser evitados certos procedimentos que acarretam prejuízos a Administração Pública.

Richardson (1999 *apud* RAUPP; BEUREN, 2006, p.91) diz que:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Ressalta também, que podem contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Utilizamos também a pesquisa quantitativa, pois apresentamos gráficos que representam dados estatísticos captados através da aplicação de questionário, elaborado pela pesquisadora, contendo dez questões que foram distribuído com cento e trinta servidores do CCSA/UFPB – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, Campus João Pessoa, em um período aproximado de dois meses.

Segundo Raupp e Beuren (2006, p.92) “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”. Neste sentido a pesquisa qualitativa atinge com maior eficácia que a pesquisa quantitativa os objetivos pretendidos neste trabalho sendo o último não menos importante para se elencar dados que interessam no desenvolvimento da pesquisa na forma qualitativa.

3.2 Coleta e Análise de Dados

Apesar da abordagem objetiva do questionário, apenas vinte e cinco servidores o responderam, o que nos mostra que tanto as respostas quanto à ausência delas (levando em consideração a quantidade de questionários distribuídos e o tempo de resposta), possibilitaram a conclusão do presente trabalho, visto que apenas 19% responderam prontamente e, portanto, 81% não tiveram qualquer interesse em dar um *feedback*. Tais dados evidenciam que muitos servidores não dão importância a pesquisas que visem melhoras no Serviço Público no CCSA/UFPB - Campus João Pessoa.

A partir da análise dos questionários e das pesquisas bibliográficas e, após relato da história do Serviço Público e da história da educação no Brasil, equacionamos o que poderemos chamar de triângulo base (educação, ética e serviço público) para a formação de um Servidor Público capaz de desenvolver com eficiência uma trajetória que satisfaça o perfil social esperado pelo público que se utiliza dos seus serviços, buscando instrumentalizar as demais instâncias para um Planejamento Estratégico com uma visão em longo prazo, oferecendo um caminho de diálogo para a humanização do Setor Público, através de uma política de gestão educacional voltada para o desenvolvimento educacional do servidor.

4: ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo foi realizado no CCSA (Centro de Ciências Sociais e Aplicadas) da Universidade Federal da Paraíba, pela facilidade de acesso e por fazer parte deste Centro. Tendo com público alvo os servidores técnico-administrativos de todos os cursos oferecidos por este Centro (Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Atuarias, Economia, Ciências Contábeis e Relações Internacionais) incluindo departamentos e coordenações.

No intuito de verificar a importância da educação e da formação ética e moral do servidor público federal do CCSA da UFPB que, a partir do conhecimento técnico, legislativo e de uma formação antropocêntrica, poderá contribuir com a sociedade acadêmica de uma forma mais justa e saudável. Podendo assim, possibilitar aos participantes uma visão estratégica da gestão pública, estimulando-lhes o desenvolvimento da capacidade de reflexão e crítica, com vistas a torná-los agentes de mudança no âmbito de suas organizações.

4.1 Análise Crítica do Questionário

O questionário foi elaborado com o objetivo de entender qual a visão do servidor público em relação ao tema abordado no trabalho monográfico: ética, educação e serviço público. Um questionário simples, objetivo, com perguntas diretas e apenas dez questões. No entanto, essa simplicidade não foi suficiente para a existência dos servidores do CCSA/UFPB (Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba) que, talvez por não considerar importante, contribuísem para o êxito da pesquisa.

Foram distribuídos cento e trinta (130) formulários entre docentes e técnicos administrativos de todos os departamentos e coordenações do CCSA, através de abordagem pessoal, dos quais apenas vinte e cinco (25) responderam, em um período de dois meses, destes vinte (20) foram técnicos administrativos e apenas cinco (05) docentes, com idade entre 35 e 59 anos, sendo 08 do sexo feminino e 17 do sexo masculino, 07 com nível Superior, 08 com Mestrado, 02 com Especialização, 04 com 2º Grau e 04 com Doutorado.

Embora a taxa de amostragem seja insignificante, com um *feedback* de apenas 19%, foi possível verificar que boa parte das respostas enviadas são de técnicos administrativos com graduação e em idade adulta madura. Essa indicação reflete boa parte dos servidores que ingressaram na UFPB após 1988. Infelizmente não houve retorno dos servidores que já estavam no serviço público antes da promulgação da constituição da república. Dentre as respostas recebidas foi possível perceber que os servidores que se interessaram em responder, são indivíduos que buscam constante crescimento profissional.

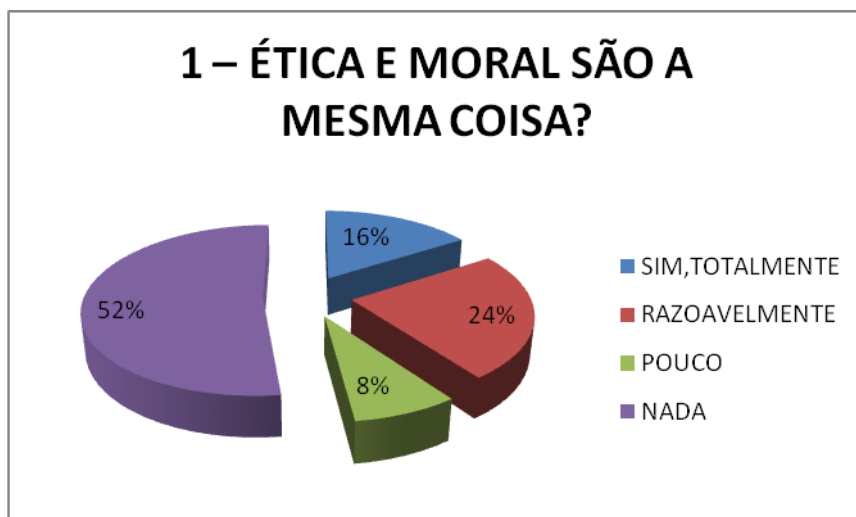
4.1.1 GRÁFICOS DEMONSTRATIVOS DO RESULTADO DO QUESTIONÁRIO:

A construção da ética parte das exigências ou das necessidades da natureza humana. Camargo define a ética como a *“ciência do que o homem deve ser em função daquilo que ele é”* (CAMARGO, 1996, p.17). Ou seja, para ele, o agir depende do ser e a única obrigação do ser humano é agir de forma humana. Nesse sentido, a ética brota de dentro do ser humano, dos elementos que o caracterizam como tal, indicando direções e descortinando horizontes para a própria realização do ser.

Segundo Houaiss, *“ética é um conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade (ética profissional, ética psicanalítica, ética na universidade)”* (HOUAISS, 1996, verbete: ética).

Os avaliados que colaboraram com a pesquisa, concluíram que ética e moral não têm relação entre si, como é possível ver no gráfico 01.

Gráfico 01 – Ética e Moral são a mesma coisa?



FONTE: Pesquisa Atual.

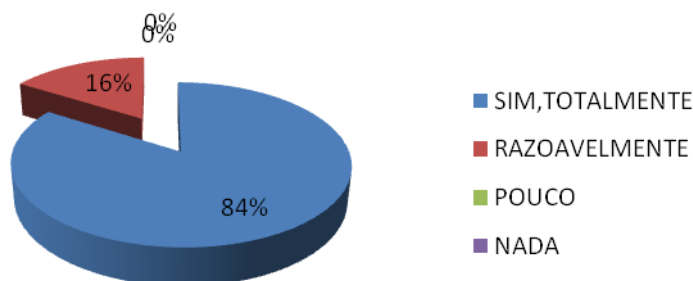
Após sobrevoar o campo geral dos conceitos éticos, percebe-se que a filosofia moral e a ética são termos que estão intrinsecamente ligados. No latim encontra-se o termo *mos* (no plural *mores*), que significa costumes, de onde deriva a palavra moral, que pode ser definida como um conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social. Etimologicamente as palavras, ética e moral, são expressões sinonímias, no entanto, a primeira é de origem grega, enquanto a segunda é sua tradução para o latim. Segundo Chauí,

A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também reconhece-se como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas consequências do que faz e sente. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética... (CHAUÍ, 2000, p.433/434).

Quando questionamos se a ética está relacionada as normas de conduta a serem seguidas todos concordaram, como vemos no gráfico 02.

Gráfico 02 - A ética está relacionada as normas de condutas que devem ser seguidas?

2 - A ÉTICA ESTÁ RELACIONADA AS NORMAS DE CONDUTAS QUE DEVEM SER SEGUIDAS?

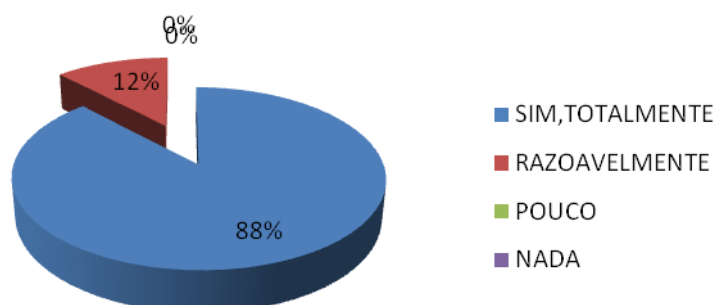


FONTE: Pesquisa Atual.

Nesse contexto, a prática do ato justo está intrinsecamente ligada à educação, pois esta permite o desenvolvimento do caráter de uma forma determinante, visto que, sem a educação é difícil despertar a consciência do Bem e do Mal, favorecendo a aquisição de bons hábitos e o contato com pessoas virtuosas. Quando questionamos se a moral está relacionada à formação do indivíduo, 88% concordaram. A conclusão é que, com relação à ética e moral, os servidores avaliados têm um discernimento que facilita a convivência social e profissional, conforme podemos ver no gráfico 03.

Gráfico 03 - A moral está relacionada a formação do indivíduo?

3 – A MORAL ESTÁ RELACIONADA A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO?



FONTE: Pesquisa Atual.

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal, Decreto nº 1.171/94, é basicamente um guia de conduta profissional, como também pessoais, a que os servidores públicos estão submetidos. Ele indica a preservação dos mais nobres princípios éticos e morais, esperáveis no comportamento daqueles que têm, como profissão, o exercício de função pública.

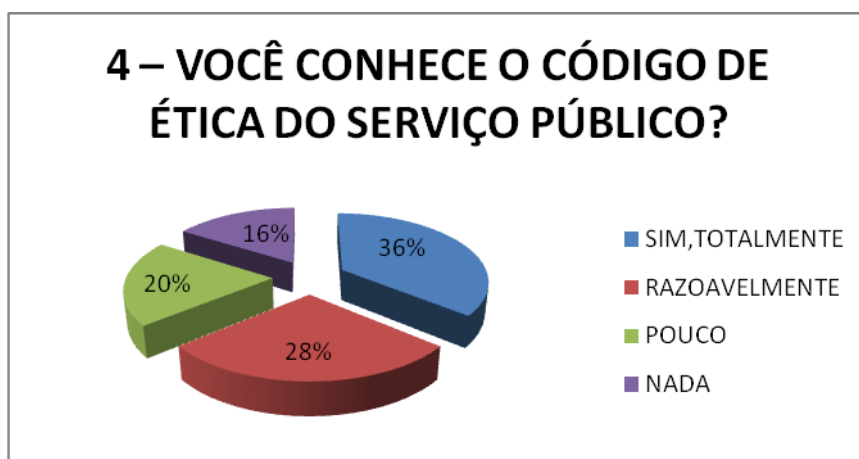
Ele tem inspiração no artigo 37 “caput” da Constituição Federal de 1988. Além da inspiração constitucional, há também a legal, contida nas Leis 8112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos) e 8429/92 (Improbidade Administrativa).

É importante salientar que o Decreto nº 1.171/94 é voltado aos servidores públicos federais, aos quais conceitua-se, em sentido amplo, como as pessoas físicas que prestam serviço ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos.

Por fim, destaca-se que o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Ele deve orientar seu comportamento pelos preceitos regradados no Código, que lhe deve servir como a um estímulo. No entanto há uma divisão das esferas Penal, Administrativa e Ética, portanto o descumprimento das regras deste código não acarreta nenhuma responsabilidade administrativa do agente público.

Diante o exposto podemos verificar que 36% dos entrevistados dizem conhecer o Código de Ética do Serviço Público, como podemos observar no gráfico 04.

Gráfico 04 - Você conhece o código de ética do serviço público?



FONTE: Pesquisa Atual.

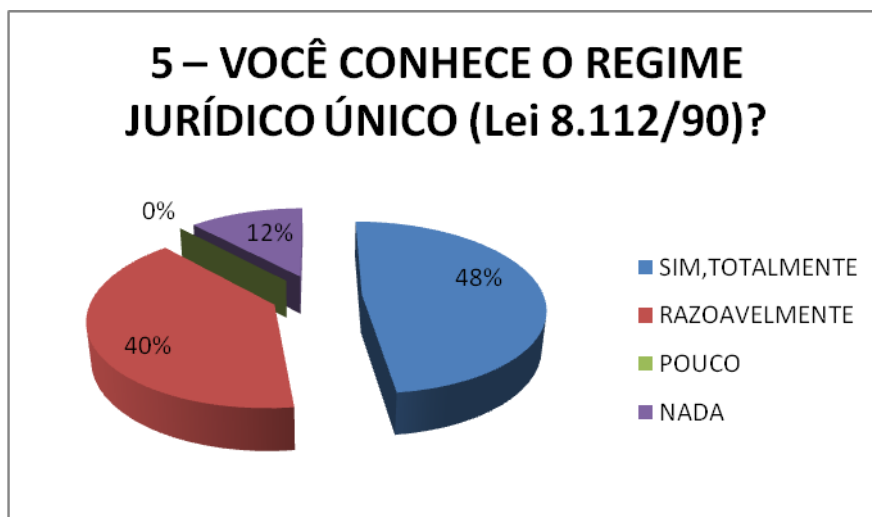
Aos vinte e oito dias do mês de outubro de 1939, surge um dos primeiros documentos que consolida normas referentes ao funcionalismo público: o decreto 1713/39. Em 1943, o então presidente Getúlio Vargas, institui o dia 28 de outubro como dia do funcionário público e, em onze de dezembro de 1990, publica-se o novo estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, que consolida o termo Servidor Público, através da Lei 8112/90, o Regime Jurídico Único – RJU. No entanto, antes da aprovação da Lei 8112/90, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu e forneceu referências em relação ao Serviço Público. A Constituição anterior, a Carta Magna de 1934, nada falava sobre o serviço ou o servidor público.

Trata-se de uma atividade de titularidade do Poder Público, que não se desnatura quando a execução é delegada a particulares, pois a Constituição fixa um vínculo orgânico com a Administração, ao dispor, no *caput* do art. 175, que incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão. (GROTTI, 2003, p.89).

Só a partir da promulgação da Constituição de 88, com a ideia de justiça centrada na isonomia de oportunidades para todos, através do art. 37, parágrafos I e II, estabeleceu-se o concurso público que, consigo, trouxe mais qualidade ao serviço público.

No que se refere ao conhecimento desta lei específica para o servidor, isto é, RJU os avaliados deixaram um pouco a desejar. Essa é a lei que deveria ser de conhecimento de todo servidor, pois muito contribuiria para a elevação da qualidade do trabalho e para melhorar o relacionamento no ambiente profissional, no entanto, boa parte dos colaboradores não acredita haver uma relação primordial entre conhecer a legislação e servir bem ao estado. Como vemos no gráfico 05.

Gráfico 05 - Você conhece o Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90)?

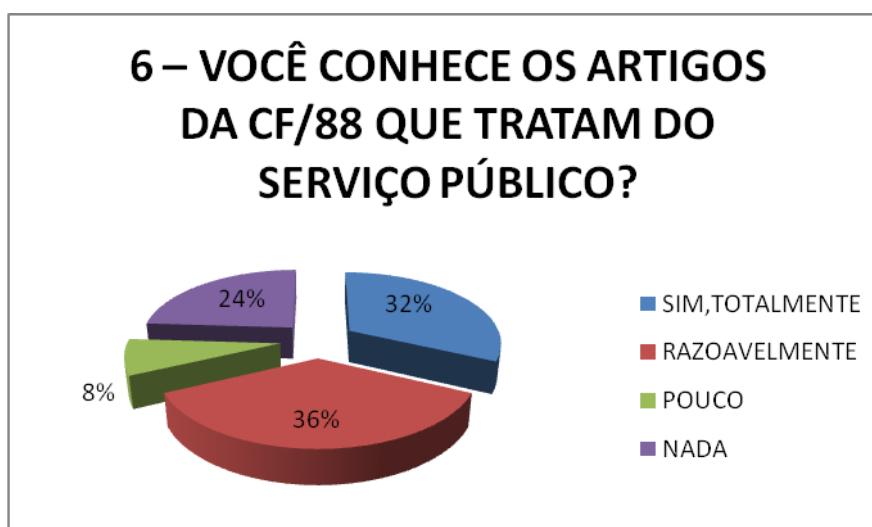


FONTE: Pesquisa Atual.

Ao analisar o art. 37 da CF/88, ver-se que a administração pública pode ser de dois tipos: direta ou indireta, sendo a direta formada por Ministros e Presidentes e a indireta formada por autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Dentro dessa organização jurídica, tem-se que a administração pública é regida sob os princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Implicitamente a estes princípios, estão outros, não menos importantes, que são: o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e o princípio da finalidade; da razoabilidade e da proporcionalidade.

Ao questionarmos o conhecimento deste artigo, podemos notar que 24% nem sequer tem o conhecimento de tal. Podemos ver no gráfico 06.

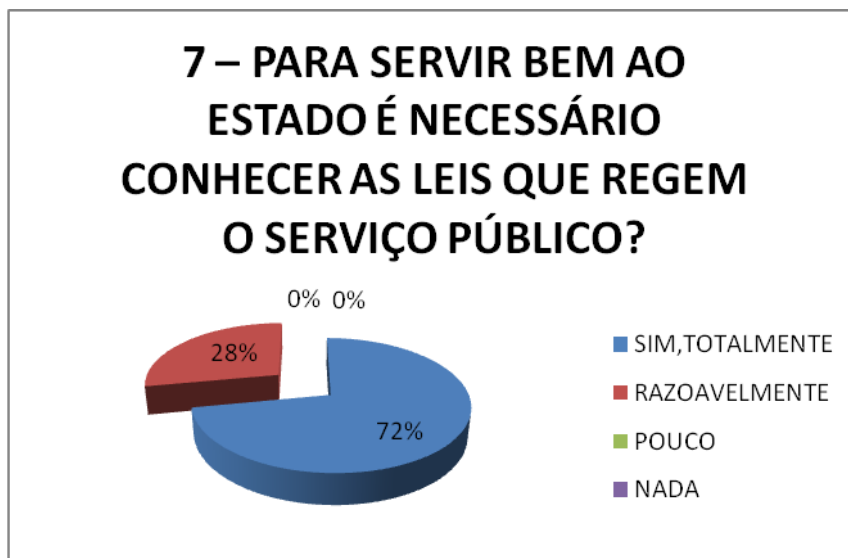
Gráfico 06 - Você conhece os artigos da CF/88 que tratam do serviço público?



FONTE: Pesquisa Atual.

Portanto, percebemos um conflito ao analisar o gráfico 07, pois, como é possível, servir bem ao Estado sem ter conhecimento das Leis que regem o Serviço Público? Seria um tanto controverso.

Gráfico 07 - Para servir bem ao Estado é necessário conhecer as leis que regem o serviço público?



FONTE: Pesquisa Atual.

Segundo o Código de Ética dos Servidores Públicos Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990:

Art. 1º Para os efeitos desta lei, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo ou em emprego público na administração direta, nas autarquias ou nas fundações públicas.

Art. 2º São deveres dos servidores públicos civis:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares inerentes ao cargo ou função;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas pelo sigilo;

(...)

Art. 3º São faltas administrativas, puníveis com a pena de advertência por escrito:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do superior imediato;

(...)

Art. 4º São faltas administrativas, puníveis com a pena de suspensão por até 90 (noventa) dias, cumulada, se couber, com a destituição do cargo em comissão:

(...)

VII - praticar comércio de compra e venda de bens ou serviços no recinto da repartição, ainda que fora do horário normal de expediente.

Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento da remuneração do servidor, ficando este obrigado a permanecer em serviço. Ver tópico

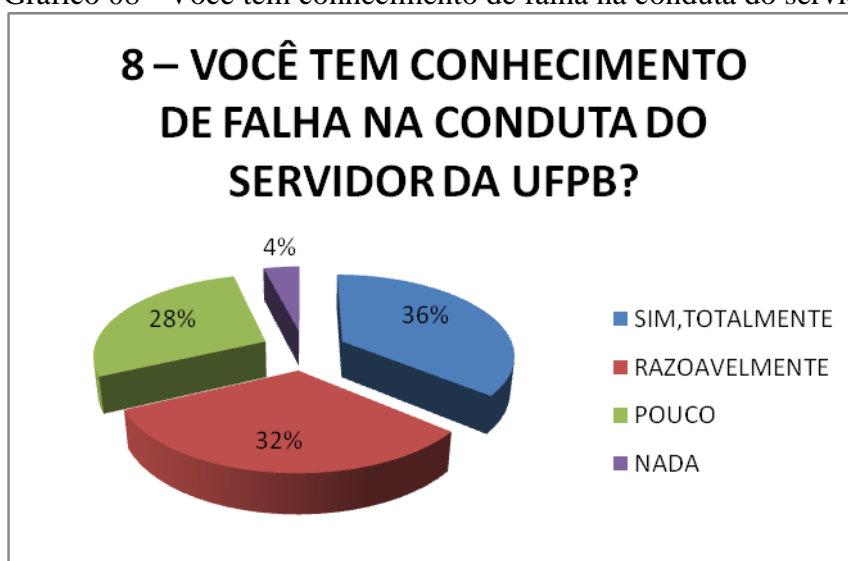
Art. 5º São faltas administrativas, puníveis com a pena de demissão, a bem do serviço público:

(...)

II - exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comanditário;

Portanto, embora 36% tenham conhecimento de falha na conduta de servidores da UFPB, não há reação para mudar o quadro, podemos ver claramente no gráfico 08.

Gráfico 08 - Você tem conhecimento de falha na conduta do servidor da UFPB?



FONTE: Pesquisa Atual.

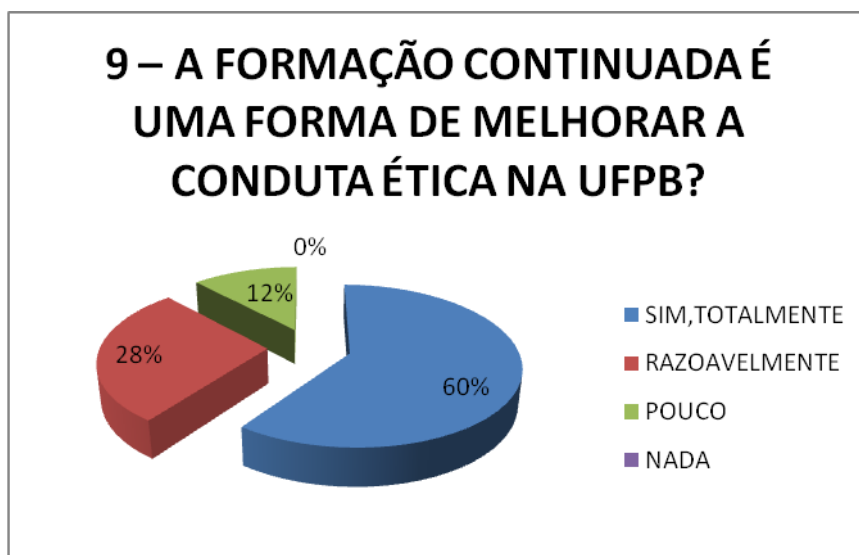
Há muito se pensa a educação como um regulador e um princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite seus saberes e suas crenças e conserva seus valores morais e éticos, pois, “*a educação não é uma propriedade individual, mas pertence a essência da comunidade*”. (JAEGER, 2010, p.4).

A educação é um norte para o indivíduo e uma condição para sua existência teleológica, no que se refere à felicidade, dentro de um contexto no qual o homem deve buscar a justiça, a equidade, o equilíbrio e a sua própria essência, conforme Morin.

A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional. (MORIN, 2003, p.65).

Um fator importante é que 60% concordam com a formação continuada como forma de melhorar a conduta ética na Instituição e com um modelo de gestão comprometido com o serviço público, é o que se percebe nos gráficos 09 e 10.

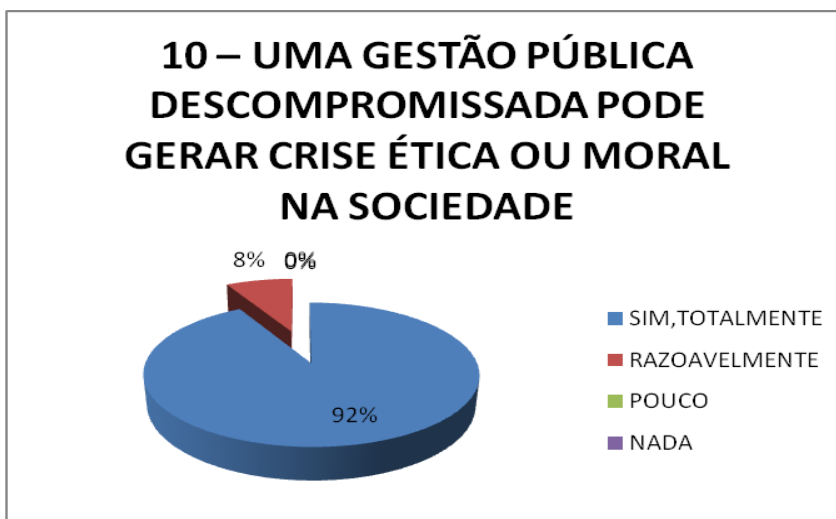
Gráfico 09 - A formação continuada é uma forma de melhorar a conduta ética na UFPB?



FONTE: Pesquisa Atual.

Essa crescente profissionalização tem trazido às Instituições Públicas pessoas mais preparadas, qualificadas e conhecedoras do direito e das normas básicas que devem servir de base para a promoção da qualidade, tornando mais digno e respeitável o serviço público, gerando um servidor mais consciente do comportamento ético, justo e equânime, e que busca cumprir sua função precípua, de servir bem e respeitosamente a sociedade.

Gráfico 10 - Uma gestão pública descompromissada pode gerar crise ética ou moral na sociedade.



FONTE: Pesquisa Atual.

As respostas do questionário evidenciam divergências, por exemplo: como é possível não conhecer a legislação e se afirmar que é necessária uma formação continuada? A formação não deve abranger a legislação pertinente ao servidor? E se o indivíduo não busca melhorar as falhas de conduta de outros servidores, como ter uma gestão comprometida com o servidor? Esses conflitos são resultado do não amadurecimento do serviço público e, conseqüentemente do servidor que, embora busque o seu aperfeiçoamento, ainda se sente desmotivado. É necessário motivar e propiciar ao servidor o engajamento definitivo no serviço público com vistas a servir bem ao Estado e o cidadão.

5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Introdução

O profissional Servidor Público é antes de tudo humano e precisa deleitar-se no exercício de suas atividades profissionais. Esse infelizmente é o investimento mais carente no seio da sociedade e do serviço público, embora se saiba que não se faz o homem apenas com leis, regras e costumes, tão pouco com a profissionalização e o tecnicismo, apesar destes serem fatores importantes em sua formação. É necessário investir no Homem, na sua essência, naquilo que o faz ser. É necessário criar novas estratégias, permanentes e progressivas, para esclarecer a sociedade civil e o próprio servidor, à importância a função pública, mostrando o porquê de sua existência, necessidade e valorização.

O fato é que o serviço público no Brasil ainda tem muito a melhorar, mas mudar o seu conceito só é possível através da mudança de perspectiva do servidor e dos usuários do serviço público, pois a partir do momento em que o indivíduo tem noção de sua importância social, é possível melhorar a qualidade de vida de cada um. Essa mudança só é possível através da educação e do conhecimento, a partir de então, o serviço público tenderá a exercer sua excelência e passará a ser respeitado por toda sociedade.

A ética e a profissionalização são fundamentais para a credibilidade da administração pública. Nessa perspectiva, aperfeiçoar e aumentar o nível de profissionalização e qualificação dos agentes públicos, capacitar e sistematizar as carreiras, é tarefa essencial. No entanto, não se pode deixar de lado a ética em seu sentido do *ethos* grego, visto que um exemplar agente público é antes de tudo um ser humano, um cidadão que serve ao seu país.

Após vinte e cinco anos da promulgação da CF/88, faz-se de extrema importância que o servidor se revista do espírito público, tornando-se um agente construtor do poder social. Ademais, não basta ingressar no serviço público através de concurso, conhecendo as leis e normas, não basta ser um “concurseiro”. É preciso também a excelência moral e a prática das virtudes para alcançar o desejável e servir

com justiça e retidão, exercendo dignamente sua função pública de forma satisfatória para o Estado brasileiro.

Outro fator que deve ser considerado como incluso nesse tema é a motivação. Motivar é estimular através do investimento na educação do servidor e em sua qualificação profissional, visto que a falta de preparo é um dos fatores que mais preocupa os gestores. A gestão pode e deve ser similar àquela aplicada na iniciativa privada, com responsabilidade, progressão funcional por capacitação e qualificação, onde o ambiente de trabalho seja agradável e salutar, onde os olhos sejam voltados para o futuro, e o passado seja apenas uma referência de como não ser e não agir.

É notório que de 1988 até hoje o serviço público melhorou muito através do ingresso de servidores concursados e melhor qualificados profissionalmente, mas mostrar à sociedade sua importância é uma tarefa que requer anos e um esforço conjunto de todos. A publicação de uma nova LDB contribuiu na formação educacional e a CF/88 concomitante ao RJU contribuíram no sentido jurídico com a elevação da qualidade do servidor, no entanto, muito ainda precisa ser feito no que se refere à qualificação, capacitação e motivação. Nesse prisma, é necessário pensar o homem no sentido de construção de uma humanidade melhor, um homem consciente e responsável, com valores civilizatórios que permitam uma boa e harmônica convivência social. A partir de tais atitudes a gestão deverá fluir melhor e mais facilmente, o que deverá motivar para o desempenho de suas atividades com responsabilidade, eficácia e eficiência. É importante que a gestão seja voltada para o aperfeiçoamento contínuo dos servidores, a disseminação de informações, a formação humana e o planejamento estratégico e participativo, pois de tal forma, todos no serviço público e na sociedade, sairão ganhando.

5.2 Alcance dos Objetivos

O presente trabalho não objetivou exaurir o tema proposto, mas fazer referência à situação atual da educação e sua influência no comportamento ético do servidor, relacionando-o ao serviço público e buscando trazer à tona, para debate de todos, discussões saudáveis que venham a contribuir com o tema em questão. Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o que é ética a partir da etimologia e seu posterior desdobramento enquanto ética e moral, possibilitando diferenciá-los e aplica-los no

cotidiano. Descrevemos uma breve história da educação, desde a Grécia antiga até os dias atuais no Brasil.

A partir dos conceitos de ética e moral identificamos os pontos cruciais que levaram o país ao que ficou conhecido, filosoficamente, como *crise do ethos*, a partir do empobrecimento da educação formal. Como também, podemos analisar os conceitos de ética e educação, situando o servidor público nesse contexto e apontando possibilidades para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, a partir de uma formação humana e técnica, de um servidor que conheça seus direitos e deveres, como é o caso da Lei 8112/90 (RJU) e da CF/88, que seja probo e, sobretudo, humano.

Por fim podemos Analisar a importância da educação e da formação ética e moral do Servidor Público Federal do CCSA (Centro de Ciências Sociais e Aplicadas) da UFPB.

Fica claro que, o serviço público no Brasil ainda tem muito a melhorar, mas mudar o seu conceito só é possível através da mudança de perspectiva do servidor e dos usuários do serviço público, pois a partir do momento em que o indivíduo tem noção de sua importância social, é possível melhorar a qualidade de vida de cada um. Essa mudança só é possível através da educação e do conhecimento, a partir de então, o serviço público tenderá a exercer sua excelência e passará a ser respeitado por toda sociedade.

A ética e a profissionalização são fundamentais para a credibilidade da administração pública. Nessa perspectiva, aperfeiçoar e aumentar o nível de profissionalização e qualificação dos agentes públicos, capacitar e sistematizar as carreiras, é tarefa essencial.

5.3 Limitações do Trabalho

Para facilitar a pesquisa escolhemos os servidores do CCSA/UFPB (Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba), porém estes, talvez por não considerar importante, não contribuíram com êxito para que o resultado desta pesquisa fosse mais expressivo.

Foram distribuídos cento e trinta (130) formulários entre docentes e técnicos administrativos de todos os departamentos e coordenações do CCSA, através de

abordagem pessoal, dos quais apenas vinte e cinco (25) responderam, em um período de dois meses.

O questionário foi elaborado com o objetivo de entender qual a visão do servidor público em relação ao tema abordado no trabalho monográfico: ética, educação e serviço público. Um questionário simples, objetivo, com perguntas diretas e apenas dez questões.

5.4 Trabalhos Futuros

Espera-se ter contribuído para a verificação e conhecimento do cotidiano da administração pública, no que se refere a importância da educação e da formação ética e moral do Servidor Público do CCSA/UFPB. Uma sugestão para trabalhos futuros seria aplicar essa pesquisa num âmbito maior (toda a UFPB), para assim podermos ver a realidade do servidor da UFPB.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Trad. Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: UnB, 2001.
- BAPTISTA, José Cláudio. *Dogmatismo jurídico em análise crítica*. João Pessoa: Empório dos Livros, 2003.
- BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.pdf>>. Acessado em 04 de março de 2014.
- BENTHAM, Jeremy. *Os pensadores: Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural S.A, 1984.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18122cons.htm>, acessado em 20 de dezembro de 2010.
- BRASIL. Código de Ética do Servidor. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/decreto/D1171.htm>, acessado em 10 de março de 2011.
- BRASIL. Regime Jurídico Único. Disponível: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>, acessado em 10 de março de 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível: <www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>, acessado em 10 de março de 2012.
- CAMARGO, Marculino. *Fundamentos de ética geral e profissional*, 2. ed. São Paulo: Vozes, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- CHEVALLIER, Jacques. *A reforma do estado e a concepção francesa do serviço público*. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 120, n. 03, set/dez.1996.
- CORTELLA, Mario Sérgio. *Não se desespere: provocações filosóficas*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FERNANDO, Valdir Soares. O perfil do servidor público na sociedade moderna.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: Mini dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- GHIRALDELLI JR. Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira*. São Paulo: Manole, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. *O Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2003.

- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUME, David. *Os pensadores: Vida e Obra*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural S.A, 1984.
- JÄGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- JUSTEN, Mônica Spezia. *A Noção de Serviço Público no Direito Europeu*. São Paulo: Dialética, 2003.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Trad.: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- _____. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. (Livro I, cap.4) Brasília: UnB, 1982.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- MORIN, Edgard. Trad. Eloá Jacobina. *A Cabeça bem-feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- PLATÃO. *Diálogos: A República*, 3. ed. Belém: Editora UFPA, 2000.
- _____. *A República – Livro VII*, 2. ed. Brasília: EdUNB, 1996.
- _____. *A República*. 8. ed. Trad. introd. e notas Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- _____. *Diálogos: Leis e Epínomis*, Vol. XII – XIII. Belém: UFPA, 1980.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais*. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos Monográficos: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- REVISTA ESMAFE: *Escola de Magistratura Federal da 5ª Região*. Recife: TRF 5ª Região, nº 10. Dezembro 2006. 268p.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930 - 1973*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SÁ, Antônio Lopes de. *Ética Profissional*, 4. ed. revista e ampliada, São Paulo: Atlas S.A, 2001.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Pensamento filosófico - um enfoque educacional*. 1. ed. Curitiba: Ibepex, 2009. v. 1. 230p

APÊNDICE A**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

João Pessoa, Novembro, 2014.

Prezado (a) Sr. (a)

Como aluna do Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, eu, Denise Barcelos Araujo, e o orientador, Jorge de Oliveira Gomes, pretendemos desenvolver uma pesquisa com os Servidores Públicos Federais do CCSA da UFPB, intitulada ***A profissionalização do serviço público na contra mão da crise do éthos: uma mudança no sentido do olhar***, percebe-se a fragilidade em questão, com o objetivo de mostrar a importância da educação na formação ética e moral do servidor público federal do CCSA (Centro de Ciências Sociais e Aplicadas) da UFPB que, a partir do conhecimento técnico, legislativo e de uma formação antropocêntrica, poderá contribuir com a sociedade de uma forma mais justa e saudável.

O (s) motivo (s) que nos leva (m) a estudar o assunto diz respeito à importância da educação e de um servidor público preparado tecnicamente para as adversidades do dia-a-dia, que reflete no bom funcionamento do Estado.

Os dados serão coletados mediante a utilização de um questionário elaborado previamente, e aplicada aos servidores (técnicos e docentes) dos setores estudados que estiverem dispostos a participar da pesquisa. As respostas arquivadas por cinco anos.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, não irá acarretar qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos. Diante do exposto, solicitamos o consentimento de sua participação voluntária no referido estudo, através da assinatura abaixo.

Declaro que concordo em participar desta pesquisa e que recebi uma cópia do mesmo.

Nome do participante

Atenciosamente,

Denise Barcelos Araujo
Auxiliar da Pesquisa
Contato: (83)8805-5394

Prof. Jorge de Oliveira Gomes, MSc.
Pesquisador Responsável
Contato: (83)8899-3224

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO APLICADO COM SERVIDORES DO CCSA/UFPB

QUESTIONÁRIO APLICADO COM SERVIDORES DO CCSA/UFPB

Docente ou Técnico Administrativo: _____

Nível de Formação: _____

Idade: _____

Sexo: _____

1 – ÉTICA E MORAL SÃO A MESMA COISA?	Sim, totalmente	Razoavelmente	Pouco	Nada
2 - A ÉTICA ESTÁ RELACIONADA AS NORMAS DE CONDUTAS QUE DEVEM SER SEGUIDAS?	Sim, totalmente	Razoavelmente	Pouco	Nada
3 – A MORAL ESTÁ RELACIONADA A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO?	Sim, totalmente	Razoavelmente	Pouco	Nada
4 – VOCÊ CONHECE O CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO PÚBLICO?	Sim, totalmente	Razoavelmente	Pouco	Nada
5 – VOCÊ CONHECE O REGIME JURÍDICO ÚNICO (Lei 8.112/90)?	Sim, totalmente	Razoavelmente	Pouco	Nada
6 – VOCÊ CONHECE OS ARTIGOS DA CF/88 QUE TRATAM DO SERVIÇO PÚBLICO?	Sim, totalmente	Razoavelmente	Pouco	Nada
7 – PARA SERVIR BEM AO ESTADO É NECESSÁRIO CONHECER AS LEIS QUE REGEM O SERVIÇO PÚBLICO?	Sim, totalmente	Razoavelmente	Pouco	Nada
8 – VOCÊ TEM CONHECIMENTO DE FALHA NA CONDUTA DO SERVIDOR DA UFPB?	Sim, totalmente	Razoavelmente	Pouco	Nada
9 – A FORMAÇÃO CONTINUADA É UMA FORMA DE MELHORAR A CONDUTA ÉTICA NA UFPB?	Sim, totalmente	Razoavelmente	Pouco	Nada
10 – UMA GESTÃO PÚBLICA DESCOMPROMISSADA PODE GERAR CRISE ÉTICA OU MORAL NA SOCIEDADE	Sim, totalmente	Razoavelmente	Pouco	Nada